

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPel**  
**PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**



**Dissertação de Mestrado**

**Espaços simbólicos e memórias socioespaciais na comunidade  
Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS: percepções a partir da  
Cartografia Social**

**Rebeca Jeronimo Nunes da Silva**

**PELOTAS/RS.**

**2025.**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

S586e Silva, Rebeca Jerônimo Nunes da

Espaços simbólicos e memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS [recurso eletrônico] : percepções a partir da Cartografia Social / Rebeca Jerônimo Nunes da Silva ; Rosângela Lurdes Spironello, orientadora. — Pelotas, 2025.  
118 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Cartografia Social. 2. Mapas Mentais. 3. Memórias Socioespaciais. 4. Comunidade quilombola. I. Spironello, Rosângela Lurdes, orient. II. Título.

CDD 305

**Rebeca Jeronimo Nunes da Silva**

**Espaços simbólicos e memórias socioespaciais na comunidade  
Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS: percepções a partir da  
Cartografia Social**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Rosangela Lurdes Spironello

Pelotas, 2025.

Rebeca Jeronimo Nunes da Silva

**Espaços simbólicos e memórias socioespaciais na comunidade  
Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS: percepções a partir da  
Cartografia Social**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Data da defesa: 25 de fevereiro de 2025

Banca Examinadora:

.....  
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rosangela Lurdes Spironello (Orientadora e Presidente da banca)**  
**Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo**

.....  
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lígia Cardoso Carlos**  
**Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos**

.....  
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lorena Francisco de Souza**  
**Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo**

.....  
**Profa. Dra. Liz Cristiane Dias (suplente)**  
**Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha mãe e irmã, que mesmo tendo de conviver com a minha ausência, nunca deixaram de apoiar e incentivar as minhas escolhas, acredito que sem elas, que são o meu porto seguro, até as minhas inspirações para sonhar não seria possível.

A todos os membros da comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, que me receberam e acolheram tão bem, e em especial a Eva Lopes e Tatiana Lopes que foram os meus contatos imediatos, sempre dispostas a colaborar.

Aos laços de afeto, cumplicidade e parceria da minha “família do Sul”, Tânia, Shakira, Shalize, Dejanira, João e Eduardo, meu amor, respeito, admiração e gratidão por todos vocês serão eternos, sem vocês, chegar até aqui, também não seria possível.

Minha gratidão, admiração e inspiração à minha orientadora Rosângela, que foi parceira, mão amiga, ouvido atento, sorriso largo e calma diante a todo e qualquer contratempo. Você foi e é luz na minha vida.

Agradeço também aos meus queridos colegas Guilherme Crizel, Nelson Cicconet e Alexandra Luise, que foram um suporte ímpar para o êxito da proposta. Por fim e, não menos importante, agradeço ao plano superior, a todos os meus Orixás, guias e mentores espirituais que me sustentaram, trazendo clareza e paz ao meu Orí e coração.

SILVA, Rebeca Jerônimo Nunes da. **Espaços simbólicos e memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS: percepções a partir da Cartografia Social** 2025. p.118 Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

### **Resumo**

A proposta apresentada teve como objetivo central analisar como a Cartografia Social pode servir como um instrumento para dar visibilidade às memórias socioespaciais da comunidade quilombola Brasa Moura, situada no Município de Piratini/RS. Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar os espaços de resistência dessa comunidade; b) registrar as memórias socioespaciais dos sujeitos participantes da pesquisa, por meio de entrevistas narrativas; c) espacializar as respectivas memórias utilizando a Cartografia Social com seus recursos dos mapas mentais e do mapeamento participativo e d) Elaborar com base nas contribuições da Cartografia Social, material pedagógico (mapa participativo e maquete), no intuito de contribuir para a discussão sobre temas voltados às temáticas afro-brasileiras. Aliado a isto, adotamos uma postura filosófica fundamentada na Geografia humanística com enfoque em aspectos da fenomenologia atrelados a Cartografia Social. Para os nossos procedimentos metodológicos, nos pautamos sobre a perspectiva da análise qualitativa, pois como esta proposta teve como pilar central trabalhar com questões ligadas a subjetividades dos indivíduos, acreditamos que esta, possibilitou uma maior liberdade para a compreensão das representações cartográficas que foram elaboradas. Como resultados, percebemos que a partir da elaboração dos mapas mentais e do mapeamento participativo com a sua respectiva análise, evidenciou a Cartografia Social como uma ferramenta de empoderamento e visibilidade. A representação cartográfica permitiu que os sujeitos não apenas delimitassem o seu território fisicamente, mas também demonstrassem suas memórias, histórias, afetos e dilemas, com a utilização de simbologias pouco convencionais em mapas lidos como tradicionais.

**Palavras-chave:** Cartografia Social; mapas mentais; memórias socioespaciais; comunidade quilombola.

SILVA, Rebecca Jerome Nunes da. **Espacios simbólicos y memorias socioespaciales en la comunidad quilombola Brasa Moura, Piratini/RS: percepciones desde la Cartografía social** 2025. pág. 118. Tesis (Maestría en Geografía) — Programa de Postgrado en Geografía, Instituto de Ciencias Humanas, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

### **Resumen**

La propuesta presentada tuvo como objetivo central analizar cómo la Cartografía Social puede servir como instrumento para dar visibilidad a las memorias socioespaciales de la comunidad quilombola Brasa Moura, ubicada en el Municipio de Piratini/RS. Para ello, enumeramos los siguientes objetivos específicos: a) caracterizar los espacios de resistencia de esta comunidad; b) registrar las memorias socioespaciales de los participantes de la investigación, a través de entrevistas narrativas; c) espacializar las respectivas memorias utilizando la Cartografía Social con sus recursos de mapas mentales y mapeo participativo y d) Desarrollar, a partir de los aportes de la Cartografía Social, material pedagógico (mapa participativo y modelo), con el fin de contribuir a la discusión de temas enfocados en las cuestiones afrobrasileñas. Aliado a esto, adoptamos una postura filosófica basada en la Geografía humanista con un enfoque en aspectos de la fenomenología vinculados a la Cartografía Social. Para nuestros procedimientos metodológicos, nos guiamos por la perspectiva del análisis cualitativo, pues como esta propuesta tuvo como pilar central trabajar con cuestiones vinculadas a las subjetividades de los individuos, creemos que esto permitió una mayor libertad en la comprensión de las representaciones cartográficas que se elaboraron. Como resultado, nos dimos cuenta que a partir de la elaboración de mapas mentales y mapeos participativos con su respectivo análisis, se destacó la Cartografía Social como una herramienta de empoderamiento y visibilización. La representación cartográfica permitió a los sujetos no sólo delimitar físicamente su territorio, sino también evidenciar sus recuerdos, historias, afectos y dilemas, con el uso de simbologías no convencionales en mapas leídos como tradicionales.

**Palabras clave:** Cartografía Social; mapas mentales; memorias socioespaciales; comunidad quilombola.

## Lista de Figuras

Figura 1	Mapa de localidades quilombolas.....	14
Figura 2	Organograma Metodológico.....	21
Figura 3	Ponte de Madeira - Passo do Coutinho.....	59
Figura 4	Cemitério.....	60
Figura 5	Fachada de entrada para a Comunidade Brasa Moura.....	61
Figura 6	Mirante de Pedra.....	61
Figura 7	Casa da Memória.....	62
Figura 8	Forno Artesanal.....	63
Figura 9	Pintura que retrata Dona Nair recebendo um oficial da Revolução Farroupilha na comunidade Brasa Moura....	66
Figura 10	Carta a respeito da origem e ancestralidade da comunidade Brasa Moura.....	68
Figura 11	Carta a respeito da origem e ancestralidade da comunidade Brasa Moura.....	70
Figura 12	Mapa mental nº 1 elaborado por Edgar.....	71
Figura 13	Mapa mental nº 2 elaborado por Ilza Mara.....	81
Figura 14	Mapa mental nº 3 elaborado por Ligiane Lopes. ....	83
Figura 15	Mapa Mental nº 4 elaborado por Ilda Mara.....	85
Figura 16	Mapa mental nº 5 elaborado por Eva Lopes.....	86
Figura 17	Mapa mental nº 6 elaborado por Tatiana.....	88
Figura 18	Mapa mental nº 7 elaborado por Tatiana.....	90
Figura 19	Mapa participativo.....	94
Figura 20	Maquete.....	98

## Lista de Quadros

1	Genealogia da Família da Nair Madeira Lopes.....	24
2	Quadro de simbologias apresentadas no mapeamento participativo.....	96

## **Lista de abreviaturas e siglas**

<b>UFPeI</b>	Universidade Federal de Pelotas
<b>CONAQ</b>	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
<b>ABA</b>	Associação Brasileira de Antropologia
<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1. Minha Trajetória .....	10
1.2. Contextualização da proposta e justificativa.....	12
<b>2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
<b>3 DOS ENTRAVES GEOGRÁFICOS A CONSOLIDAÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA PERANTE OS ESTUDOS FENOMENOLÓGICOS .....</b>	<b>32</b>
3.1. Cartografia Social como instrumento de validação das memórias espaciais	38
3.2. Os conceitos geográficos e sua interlocução com a temática de pesquisa ....	42
3.2.1. O território na perspectiva do olhar para a comunidade Brasa Moura .....	46
<b>4 A TRAJETÓRIA DE LUTA E RECONHECIMENTO DOS QUILOMBOS .....</b>	<b>50</b>
4.1. Constituição da comunidade Brasa Moura ao seu reconhecimento Legal.....	56
4.1.1. Recalculando Rota: a busca pelo recorte de estudo e o primeiro contato com a representante da comunidade Brasa Moura .....	57
4.2. Atividade de Pré-Campo .....	59
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>65</b>
5.1. Breve caracterização da comunidade Quilombola Brasa Moura.....	65
5.1.1. A matriarca Nair Madeira Lopes e seu legado .....	66
5.2. Da linguagem cartográfica aos mapas mentais.....	76
5.3. Mapas mentais dos remanescentes de quilombolas Brasa Moura a sua contribuição de aprendizagem nos ambientes formais e não formais.....	78
5.3.1. Memória, território e identidade Brasa Moura: o que os mapas mentais nos apresentam?.....	80
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>7 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>102</b>
8 Anexo 1.....	106
9 APÊNDICES .....	111

# 1 INTRODUÇÃO

A proposta de dissertação apresentada, traz no seu escopo a abordagem sobre a contribuição da Cartografia Social a partir dos mapas mentais, na caracterização e visibilização dos espaços simbólicos e suas memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS. Sendo assim, nesta primeira seção apresentamos como ponto de partida, a descrição da trajetória da pesquisadora e sua relação com a temática em estudo. Adiante, discorreremos sobre a problematização, justificativa e objetivos da presente pesquisa.

## 1.1. Minha Trajetória

O caminho que me trouxe até aqui, com essa proposta, vem da minha curiosidade pessoal e profissional em busca de descobertas. Principalmente quando estas estão diretamente ligadas ao meu entendimento enquanto ser no mundo. Sou nordestina, filha e neta de mulheres pretas e até então, nunca me percebi enfrentando grandes dilemas com relação a minha ancestralidade. Isso mudou por volta de 2017, quando resolvi que seria o momento de tentar mais uma vez a formação acadêmica. Me percebi confrontada por questionamentos ligados à minha dificuldade de me perceber em alguns ambientes, principalmente se esse fosse relacionado ao ingresso em uma Universidade Federal. Não percebia a minha realidade enquanto trabalhadora, migrante e completamente sozinha ser representada nesse espaço que para muitos é superestimado, não pela dificuldade de ingresso, mas pela dificuldade de permanência para todos aqueles com uma realidade parecida com a minha. Mesmo assim, eu tentei, e consegui um feito que antes ninguém na minha família havia sequer tido a oportunidade de pensar. A urgência mais imediata em alguns núcleos familiares é só resistir e lutar mais um pouco, foi assim, que minha mãe conseguiu concluir o ensino fundamental e criar seus filhos sozinha.

Ao entender que essa dinâmica do não acesso e, da falta de reconhecimento em alguns espaços não era algo que vinha exclusivamente de mim, mas sim, de um contexto histórico amplamente conhecido e que por muitas vezes, por ser tão intrínseco a sua realidade de não referências, passa despercebido, permanecendo como um legado subliminar de geração em geração.

Este foi o caso da minha família. Ao me dar conta disso, comecei a questionar todos os “não” que antes mesmo de intencionar fazer uma escolha eles já estavam lá, pronunciados na minha realidade.

De todo modo, resolvi que desta vez, independentemente de qualquer circunstância, o ciclo seria quebrado, não haveria cansaço devido ao trabalho das 9h às 18h, seis dias por semana das aulas de um curso noturno na UFPel que impediriam de o novo chegar. Parte da graduação em licenciatura em Geografia, foi vencida experienciando desta vez o dilema de estar na universidade sem conseguir aproveitar completamente a experiência acadêmica.

Quando tive a oportunidade de fazer a seleção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) onde pude ser bolsista durante o período de 18 meses e, logo em seguida mais uma vez, graças às políticas de ações voltadas para o auxílio e permanência estudantil, consegui ter acesso aos apoios fornecidos pela Universidade para acadêmicos oriundos de outros Estados e em situação de vulnerabilidade econômica. A partir deste momento, tive o mínimo de condições possíveis para permanência e vivenciar tudo que foi possível dentro do ambiente universitário.

Sempre que me perguntam o que me fez escolher seguir após a graduação em uma linha de pesquisa voltada à formação de professores, sempre respondo que, ao longo das minhas vivências acadêmicas tive algumas oportunidades de bolsa em programas institucionais ou dos laboratórios voltados ao ensino. Como foi no caso iniciado pelo PIBID; Núcleo de Estágio Supervisionado em Geografia (NESG) e o Laboratório de Educação Geográfica e Ambiental (LEGA). Mas neste caso, eu tenho um carinho mais que especial pela minha primeira experiência no PIBID. Sem sombra de dúvidas, ter tido a oportunidade de ingressar no ambiente escolar e poder perceber na prática, como se desdobram todos os conhecimentos teóricos da academia no ambiente escolar, fez toda diferença. O contato com os alunos, a sala de aula, todas as reuniões para discutir e compreender esta realidade com o objetivo de oferecer da melhor forma possível o que os escolares necessitam em um momento específico, foi o grande diferencial ao longo da minha formação enquanto futura docente.

Além disso, foi em uma prática do PIBID a respeito da região nordeste do Brasil, que comecei a compreender como alguns imaginários estereotipados a respeito de temáticas culturais ainda carecem de um pouco mais de nossa atenção

enquanto educadores. Naquele momento, ainda não tinha a intenção de trabalhar diretamente com temáticas culturais ou étnicas. Embora já estivesse no processo de autorreflexão a partir das minhas próprias vivências, não sabia muito por onde começar ao longo do percurso na graduação. Ouvindo mais uma vez a minha insegurança, preferi continuar pesquisando temáticas relacionadas ao ensino de Geografia e a formação inicial de professores.

Na pós-graduação, decidi ampliar meus horizontes e superar minhas inseguranças em relação à temática, com o objetivo de contribuir ainda mais para uma educação que busca a valorização e a visibilidade de grupos historicamente negligenciados. No entanto, minha motivação vai além dessas experiências pessoais. Ao ouvir as histórias da comunidade que estudo, reconheço nelas os desafios enfrentados por minha própria família e tantas outras semelhantes à minha. Observo pessoas que por muito tempo foram excluídas de oportunidades, sem perspectivas, e minha motivação é mostrar a elas que, apesar da persistência da desigualdade, as oportunidades de hoje ainda são melhores do que no passado.

## 1.2. Contextualização da proposta e justificativa

A proposta em questão, visa realizar um estudo, em uma comunidade de remanescentes de quilombolas, situada no município de Piratini-RS. Para tal, tem-se como objetivo central, analisar como a Cartografia Social pode servir como um instrumento para dar visibilidade diante ao processo de resgate de memórias socioespaciais da comunidade quilombola Brasa Moura. Neste contexto, buscaremos de forma mais particular, entender e documentar as vivências, práticas e relações espaciais dessa comunidade, destacando sua história, cultura e identidade territorial.

Ao buscarmos compreender como se deu o processo de constituição territorial e cultural do Rio Grande do Sul, percebemos uma complexa rede de influências que moldaram a identidade do estado. Não podemos e não temos como negar a influência dos processos migratórios de grupos étnicos predominantes como a alemã, italiana, açoriana, polonesa, por exemplo, que contribuíram para esta pluralidade cultural do estado, pois a mesma, está estampada nos cartões postais, ruas, catedrais e festividades das tradições Gaúchas.

A imigração europeia, não possui papel de destaque apenas nos relatos históricos ou na preservação de suas tradições. Essas comunidades, com sua herança cultural, moldaram aspectos econômicos e sociais do estado, sendo celebradas em festivais, museus e espaços de preservação da sua memória imaterial. Entretanto, é fundamental questionar a representatividade dessas narrativas em relação à participação dos povos africanos e toda sua descendência na formação geográfica, histórica e cultural do Rio Grande do Sul.

O povo negro desempenhou um papel essencial durante o período colonial, especialmente devido ao vergonhoso período da escravidão. Os africanos e seus descendentes contribuíram significativamente para a economia, a agricultura e as expressões culturais do estado. No entanto, muitas vezes, a história, memória e espacialidade afro gaúcha são marginalizadas, resultando em uma lacuna na narrativa histórica oficial ou sendo reduzidas apenas em datas simbólicas.

Nesse sentido, buscamos trazer a Cartografia Social para o contexto da pesquisa, visto que, ela desempenha um papel crucial ao permitir o uso da subjetividade como um mecanismo para visualização e análise dos lugares de significado histórico e cultural para esses grupos. Desse modo, direcionamos esta pesquisa para a comunidade quilombola Brasa Moura em Piratini/RS, almejamos contribuir para a ampliação do entendimento sobre as dinâmicas socioespaciais e memórias culturais específicas desta comunidade.

Ao realizamos uma busca, com o intuito de ter um panorama geral sobre a existência e a localização destas comunidades no Brasil, podemos vislumbrar e espacializar estes grupos de acordo com os resultados obtidos no último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), onde indica que a população quilombola corresponde cerca 0,66% da população brasileira.

A Grande Região que concentra a maior quantidade de pessoas quilombolas é a Região Nordeste, correspondendo a 68,14% da população quilombola, seguida da Região Sudeste com 182.427 pessoas e a Região Norte com 167.311 pessoas, ambas contabilizando 26,29% da população quilombola. Responsáveis por 5,57% da população quilombola, as Regiões Centro-Oeste e Sul, têm 44.997 e 29.114 pessoas, respectivamente. A espacialização destas comunidades pode ser percebida na figura nº1 (mapa de localidades quilombolas).

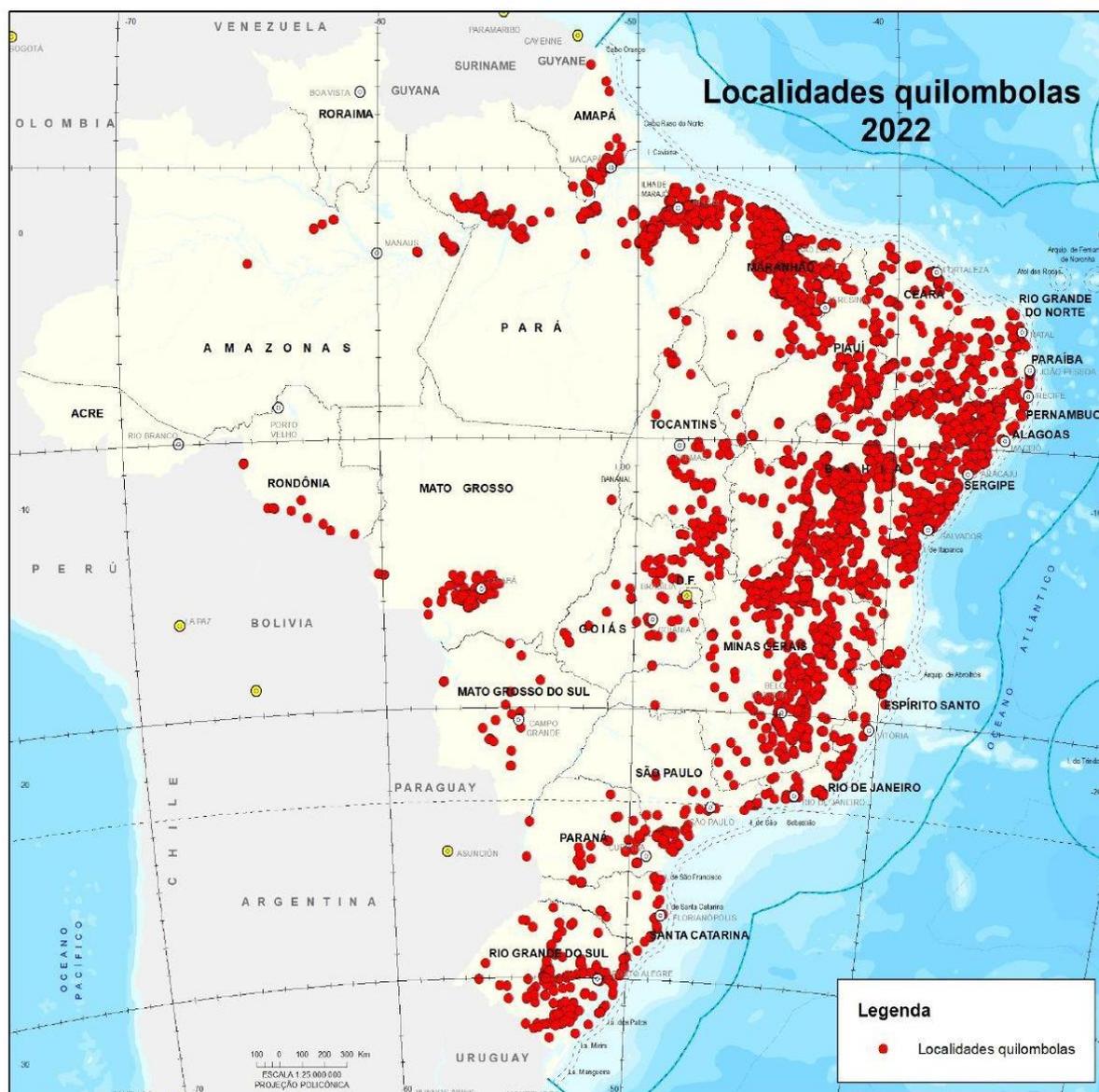


Figura nº1: mapa de localidades quilombolas  
 Fonte: IBGE-Censo Demográfico de 2022

Considerando o contexto nacional, com as informações obtidas no Censo Demográfico do IBGE (2022), onde se pode constatar em quais unidades federativas têm maior concentração destas comunidades e mesmo que a região Sul apresente o menor índice, a inclusão da região Sul em um estudo sobre a comunidade Brasa Moura, contribui para um entendimento mais abrangente da diversidade das experiências quilombolas no país, promovendo uma perspectiva regional mais rica e integrada.

Isto posto, ao pensarmos nos objetivos desta proposta, esperamos contribuir não apenas diante a lacuna existente na produção de conhecimento geográfico, mas também, diante da necessidade de reconhecer e valorizar as comunidades quilombolas, especialmente no contexto sulista, onde a presença é menos destacada nos estudos acadêmicos. Por isso, optamos por fazer uso das ferramentas da Cartografia Social, como um instrumento que pode vir a potencializar a representatividade desta comunidade.

Ao considerar a relevância da Cartografia Social como uma das principais ferramentas para dar visibilidade a esta comunidade, pensamos que a mesma permitirá que os sujeitos atuem de maneira participativa, no que tange ao processo de mapear e documentar o seu próprio território. Além disso, por meio da Cartografia Social, os membros desta comunidade poderão registrar ou indicar onde se constituíram os seus locais sagrados, áreas de produção e de moradia, além das áreas de preservação ambiental, entre outras informações relevantes para sua cultura e sobrevivência.

Este olhar, de dentro para fora, pode vir a contribuir para o processo de fortalecimento e valorização da identidade cultural e ancestral desses povos. Além disso, por meio deste encaminhamento na pesquisa, postulamos que ele pode facilitar um canal de comunicação entre a população e os órgãos governamentais, já que, o grupo em questão, reivindica junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisão da área de seu origem à comunidade.

Diante deste contexto, buscamos justificar esta proposta, do ponto de vista acadêmico, almejando que este debate buscará contribuir para ampliar o conhecimento e importância sobre as comunidades tradicionais quilombolas, que são uma das principais protagonistas da história e da cultura brasileira.

Além disso, ao buscar incorporar a Cartografia Social, como parte da metodologia de pesquisa, entendemos que a mesma, permitirá a construção dos recursos pedagógicos (maquete e mapa colaborativo), onde eles representam não apenas a Geografia física, mas também as relações socioculturais que permeiam esta comunidade. Acreditamos que estes recursos, poderão possibilitar o acesso, não apenas dos membros da comunidade, mas também, de membros da sociedade civil a uma compreensão mais aprofundada da territorialidade, das práticas de resistência e também da exposição e representação das suas memórias afetivas e das dinâmicas socioespaciais.

Ao pensarmos sobre a contribuição social que esta pesquisa proporcionará, acreditamos que os materiais produzidos servirão também como um arcabouço teórico e pedagógico para auxiliar nas aulas de Geografia perante as temáticas da história afro-brasileira, tendo seu enfoque principal nos aspectos geográficos dessa comunidade. Com a materialização dos resultados dessa pesquisa, transpostos em um recurso visual, foi possível visualizar e evidenciar quais foram os atos de luta e resistência vivenciados ao longo das suas gerações para sobrevivência e permanência desta comunidade neste território. Esse material, serviu para que a história e memórias desses sujeitos fossem registradas através da sua própria narrativa, contribuindo para a preservação da sua cultura e valores comunitários.

Ao desenvolver esta pesquisa e ao expor as ideias aqui apresentadas, foi importante considerar minha perspectiva pessoal diante do cenário. A comunidade negra em questão, localizada no Município de Piratini, pode suscitar questionamentos sobre meu local de fala, uma vez que não pertenço a um núcleo familiar quilombola. Apesar de ser uma mulher negra de pele clara, reconheço que não vivenciei diretamente as discriminações enfrentadas por residentes dessas comunidades ou por pessoas de pele preta em sua rotina diária.

No entanto, ao refletir sobre minha própria trajetória até aqui, percebo que a negritude envolve complexidades psicossociais profundas. Embora não tenha experimentado em meu corpo físico a dor e o amargor de todas as formas de discriminação, minha vida tem sido permeada por essa teia invisível que nos envolve constantemente. Essa realidade, embora não seja experimentada da mesma forma por todos, é uma presença constante que, em certos momentos, nos paralisa diante da possibilidade de quebrar o ciclo que se repete ao longo de gerações.

Assim, ao conduzir esta pesquisa, tencionamos trazer à tona não apenas as narrativas e experiências das comunidades quilombolas, mas também refletir sobre minha própria posição dentro desse contexto. Reconheço a importância de ouvir e respeitar as vozes daqueles que vivenciam diretamente as realidades que estudo, enquanto também reconheço minha própria limitação em compreender completamente essas experiências. Por meio deste reconhecimento, buscamos contribuir para uma análise mais abrangente e sensível das questões abordadas.

Assim sendo, a presente pesquisa traz como objetivo geral, analisar como a Cartografia Social pode servir como um instrumento para dar visibilidade às

memórias socioespaciais da comunidade quilombola Brasa Moura, no Município de Piratini/RS.

Como objetivos específicos temos os seguintes:

- a) Caracterizar como se constituíram os espaços de resistência na comunidade quilombola definida para o estudo;
- b) Identificar e registrar por meio de entrevistas narrativas, as memórias espaciais dos sujeitos que constituem o quilombo Brasa Moura;
- c) Espacializar e evidenciar a partir da Cartografia Social, os registros das memórias espaciais e afetivas dos sujeitos participantes da pesquisa;
- d) Elaborar com base nas contribuições da Cartografia Social, material pedagógico para comunidade Brasa Moura (mapa participativo e maquete), no intuito de contribuir para a discussão sobre temas voltados às temáticas afro-brasileiras.

Neste sentido, para que os objetivos pudessem ser alcançados, estruturou-se a dissertação em cinco capítulos:

Capítulo 1 - O primeiro capítulo compõe a introdução, apresentando a trajetória da pesquisadora e seu envolvimento com a temática de pesquisa. Compõe também a problemática de estudos, justificativa e objetivos. O Capítulo 2, progride com o encaminhamento metodológico da pesquisa, focado numa pesquisa qualitativa, tendo como método inspirado nos fundamentos da *fenomenologia*.

Capítulo 3 - Como construção teórica, apresentamos uma breve contextualização a respeito da caminhada epistemológica da Geografia, dando ênfase a Fenomenologia como método adotado para a condução da nossa pesquisa. Da mesma forma, destacamos a importância da Cartografia Social e do mapeamento participativo como metodologia para registro das memórias espaciais e afetivas dos remanescentes de quilombolas que fazem parte do nosso estudo. Os conceitos geográficos também são abordados tendo como contribuição importante, o conceito de território.

Capítulo 4 - Constitui-se de uma estruturação em que aborda a trajetória de luta e reconhecimento dos Quilombos, dentre eles, a constituição da comunidade Brasa Moura ao seu reconhecimento Legal.

Capítulo 5 - Neste capítulo apresentamos as análises e discussões dos resultados, iniciando com uma breve caracterização da área de estudos e, posteriormente, com a análise dos mapas mentais, bem como a discussão sobre a

importância desses para a Cartografia Social. Por fim, são tecidas as considerações finais deste trabalho.

## 2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

É parte crucial de todo trabalho acadêmico a elucidação do seu percurso metodológico, pois este, conferirá a confiabilidade e credibilidade perante a análise de seus resultados. Além disso, ao buscar apresentar esta etapa de desenvolvimento, almejamos que este processo possa vir auxiliar futuras propostas que comunguem de perspectivas próximas quanto aos seus objetos de estudo.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à importância da responsabilidade ética nesta pesquisa, especialmente porque envolve a colaboração de terceiros que compartilharam suas histórias de vida. É crucial garantir o respeito à autonomia dos participantes, fornecendo informações claras sobre os objetivos, procedimentos e possíveis riscos da pesquisa, conforme detalhado no termo de consentimento livre e esclarecido, disponível no apêndice deste projeto.

Deste modo, buscamos adotar perante o nosso percurso metodológico uma abordagem sob o prisma da pesquisa qualitativa, pois esta tende a proporcionar a nós pesquisadores, que debruçamos o nosso olhar sob a ótica das ciências humanas, uma compreensão mais detalhada e contextualizada dos fenômenos geográficos. Ela nos permite examinar os processos sociais, culturais e políticos que moldam o espaço, bem como as relações complexas entre pessoas e lugares. Essa abordagem é especialmente útil para explorar questões complexas que não podem ser capturadas apenas por meio de métodos voltados para a quantificação e ordenação dos dados e das amostras coletadas.

Com relação a adotar uma postura que nos possibilita enquanto pesquisadores, entender essas relações entre os sujeitos e o mundo, sem nos prendermos aos padrões rígidos de pesquisa, que muitas vezes estão relacionados a uma ideologia positivista, Chizzotti (2006), nos elucida com a seguinte proposição:

A ideia que a ciência “pode, e deve, ser organizada segundo regras fixas e universais é às vezes utópica e perniciosa”; utópica, porque implica uma concepção muito simples das atitudes humanas e das circunstâncias que produzem o desenvolvimento; perniciosa porque, impor tais regras não deixa de aumentar as qualificações profissionais, mas à custa de nossa humanidade (Chizzotti, 2006.p.16).

Este tipo de abordagem corresponde ao aprofundamento do conhecimento a ser discutido, diante da análise de seu conteúdo, considerando o contexto de inserção a qual o objeto que está sendo pesquisado. Dela, faz parte a obtenção de

dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação.

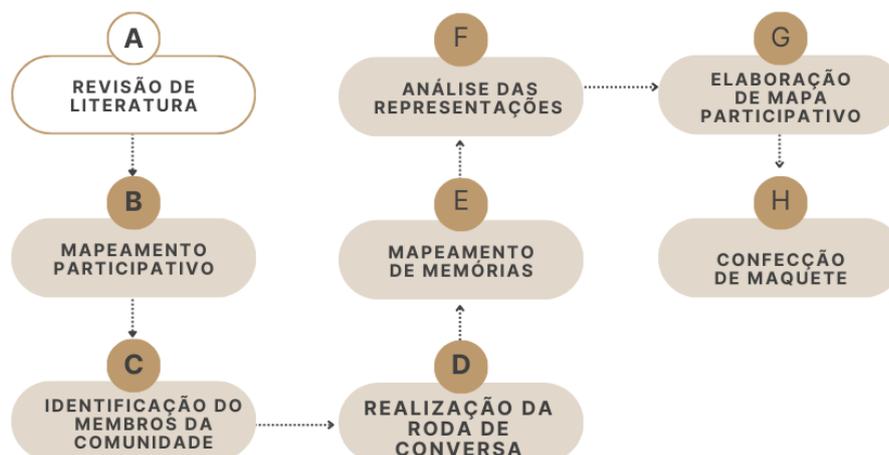
Para além disso, uma vez que buscamos ter em voga nesta proposta a percepção individual dos sujeitos a respeito dos fenômenos ocorridos ao longo dos anos na comunidade Brasa Moura, este aspecto representa um dos principais fatores para o desdobramento das proposições que aqui foram apontadas.

Logo, encontramos inspiração nos fundamentos da *fenomenologia* como método utilizado para este estudo, pois esta, é uma abordagem filosófica e metodológica que se concentra na compreensão da experiência humana e na descrição dos fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Neste tipo de pesquisa, busca-se explorar a maneira como as pessoas vivenciam e atribuem significado às suas experiências. Ao buscar investigar como os sujeitos percebem, experimentam e se relacionam com o espaço e o lugar, este tipo de abordagem se torna fundamental para a realização das análises dos processos de construção de significado, identidade e sentido de pertencimento em relação aos espaços geográficos desta comunidade.

Isto posto, como forma de alcançarmos os objetivos propostos ao longo desta pesquisa e, tendo como pilar central deste estudo, a análise de como a Cartografia Social pode servir de instrumento para dar visibilidade diante ao processo de valorização das memórias socioespaciais da comunidade quilombola, Brasa Moura, esta se desdobrou em algumas etapas fundamentais. No organograma a seguir (Figura 2), apresentamos a síntese a respeito de como estruturamos os procedimentos metodológicos.

Figura 2: Organograma: encaminhamento da metodologia.

## Organograma Metodológico



Organização: autora (2024).

**A) Revisão de literatura:** As discussões teóricas foram apresentadas de modo que, primeiramente haja o entendimento sobre como os grupos de remanescentes de quilombolas se estabeleceram no nosso território, bem como as leis e diretrizes que regulamentam esses espaços atualmente. Para esta primeira exposição, obtivemos como suporte, obras e autores basilares como: Leite (2000), Munanga (2004), Gomes (2005), Oliveira (2008), Oliveira (2013), Melo (2010) e Pires e Bitencourt (2021).

Posteriormente, na busca pela sustentação teórico-metodológica desta pesquisa e tendo em vista o seu posicionamento, dialogando com os pressupostos da Geografia humanística e, utilizando como um dos métodos de investigação inspiração no legado da fenomenologia, realizamos uma breve apresentação sobre quais foram os entraves enfrentados por este campo da Geografia, até chegar no seu momento de consolidação. Assim, foi possível aproximar o diálogo com autores como: Corrêa (1989); Moraes (2002); Suertegaray (2005); Claval (2007); Oliveira (2014) Zanattha (2017).

Atrelado a esta perspectiva dos desdobramentos a respeito da Geografia humanista/cultural, almejamos realizar o entrelace dos conceitos geográficos de paisagem, lugar e em segundo plano, o conceito de território, pois acreditamos que por intermédio da compreensão das relações de que se estabeleceram na comunidade quilombola Brasa Moura, o território não é apenas um espaço físico delimitado por fronteiras políticas ou naturais, mas é também um espaço socialmente construído, carregado de significados, práticas e relações culturais. Para essa construção teórica, nos inspiramos em autores como: Tuan (2011); Dias (2022);

É importante destacar que estas fontes foram buscadas em acervos particulares de professores que se dedicam ao tema; biblioteca da universidade; plataformas de buscas como Google acadêmico, portal de periódicos da Capes e com os membros da comunidade Brasa Moura.

**B) Mapeamento participativo da área: atividade de pré-campo.** Ao buscarmos fazer o mapeamento participativo da área da comunidade, procuramos não apenas representar graficamente a região que se encontra delimitada e oficialmente regulamentada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Num primeiro momento, realizamos o reconhecimento total da área inicial que supostamente deu origem a comunidade de remanescentes de quilombolas participantes deste estudo, pois as vivências de seus membros estão além das delimitações oficiais.

Esta primeira imersão na comunidade ocorreu com a atividade de pré campo, realizada no dia 29 de novembro de 2023. Nesta atividade, se pode contar com a presença de dois membros da comunidade, sendo elas, Tatiana Lopes e a presidente da comunidade Brasa Moura, Eva Lopes. Ao realizar esta etapa, entendemos como uma oportunidade ímpar para ter a primeira inserção na comunidade. Nesta ocasião, as representantes da comunidade foram as responsáveis por identificar e remontar ao longo do trajeto percorrido, os limites espaciais que deram origem a sua organização social. Além disso, este contato permitiu ter maior proximidade com estas duas integrantes para tomar conhecimento das suas vivências em meio a comunidade.

Naquela ocasião, foram utilizados equipamentos, como máquina fotográfica, com o intuito de fazer os registros dos locais considerados importantes pelos membros da comunidade. Além disso, tais fotografias também tiveram o

intuito de compor o banco de imagens que foram utilizadas ao longo desta proposta. Também fizemos a utilização de um equipamento de GPS para coleta precisa das coordenadas geográficas, pois a partir das mesmas, foi elaborado um mapa da área de abrangência que deu origem a este território. Ademais, contamos com um caderno de campo e com o auxílio de um aplicativo para gravação de áudio das conversas realizadas, estas transcrições são apresentadas no subcapítulo onde apresentamos uma breve caracterização desta comunidade.

**C) Identificação dos membros que compõem a comunidade:** A partir da identificação, com a sua respectiva genealogia, consideramos como um fator relevante para o entendimento de como os laços de parentescos se desenvolveram ao longo das gerações que habitam esse território. Iniciaremos esta apresentação (Quadro 1), a partir da geração da Dona Nair Madeira Lucas, que se relatam os fatos que deram origem a organização desta comunidade.

Além disso, o conhecimento a respeito de como se desenvolveram esses laços de parentescos, possibilitará com que o leitor possa identificar as pessoas que serão citadas no decorrer desta pesquisa. Com esta apresentação, também buscamos destacar quais foram as pessoas com quem realizamos o diálogo.

Face ao tempo limitado para o desenvolvimento da pesquisa no mestrado, foi necessário definir os componentes do grupo social, um pouco mais restrito, porém, passível de alcance para a realização de entrevistas presenciais em um encontro coletivo, previamente agendado. Para tal, a indicação das pessoas que participaram da atividade foi feita por Eva e Tatiana.

Sendo assim, apresentamos no Quadro 1, a composição familiar desta comunidade, considerando os vivos e falecidos:

Quadro 1: Genealogia dos membros da Comunidade Brasa Moura.

Quadro da Genealogia da Família da Nair Madeira Lopes		
Geração	Genitores	Filiação
	Cândida Aline Morais* Lucas e Luiz Madeira	Nair Madeira Lucas;
		Santo Valter Moraes Lucas
		Nicanor
		Maria Iolanda
		Álvaro
<p>* Cândida Aline Morais foi adotada por um dos membros da família da fazenda Lucas. Família esta que será mencionada algumas vezes ao longo desta proposta, pois ela é um dos atores que influenciaram a permanência dessa família neste território.</p>		
1ª geração a partir de Nair Madeira	Nair Madeira Lopes e Peri da Silva Lopes	Maleida Madeira Lopes
		Luiz Madeira Lopes
		Eva Madeira Lopes
		Lígia Madeira Lopes
		Edegar Madeira Lopes
		Neuza Madeira Lopes
		Denise Madeira Lopes
Nesta geração só as mulheres casaram e constituíram família.		
2ª geração	Maleida e Evilasio Teixeira Alves	Cândida Aline Lopes Teixeira
		Cátia Fernanda Teixeira Lopes
		Eva Lopes Teixeira

3 <sup>a</sup> geração	Maria Lígia Lopes Madeira e Adi Lopes da Silva	Ligiane Lopes da Silva
		Tatiana Cerutina Lopes da Silva
		Sadir Conceição Lopes da Silva
		Nádia Lopes da Silva
		Felipe Lopes da Silva
		Carmem Suzane Lopes da Silva
		Nataline Lopes da Silva
		Guilherme Lopes da Silva
4 <sup>a</sup> geração	Eva Madeira Lopes e Santo Ângelo Pires Garcia	Iloni Lopes Garcia
		Izamara Lopes Garcia
		Ilto Lopes Garcia
		Ildamara Lopes Garcia
		Santo Vitor Lopes Garcia
5 <sup>a</sup> geração	Neuza Madeira Lopes e João Madeira	Maria da Glória Madeira Lopes
		Débora Madeira Lopes
		Gabida Madeira Lopes

Fonte: Eva Lopes (2023).  
Organização: autora, (2024).

**D) Realização da roda de conversa:** Ao apresentarmos a composição do núcleo familiar desta comunidade, partimos para o objetivo subsequente, que foi verificar junto a presidente e a tesoureira da comunidade quais seriam as possibilidades frente ao grupo que poderíamos convidar a participar da dinâmica. Foi sugerido que tal indicação fosse feita a partir da geração da Matriarca Nair, pois,

em todos os momentos de conversa, as memórias suscitadas a respeito do território, partiam das vivências que os remanescentes de quilombolas tinham com ela. Sendo definido este critério, partimos para o agendamento do encontro com os indicados que serão mencionados posteriormente.

No nosso planejamento de trabalho, inicialmente havíamos estimado para o mês de junho dar início a fase de coleta de dados. Porém, no ano de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi marcado por eventos climáticos extremos, que levaram a situação de emergência em grande parte dos municípios do Estado, por este motivo, esta ação foi remanejada para o mês de agosto.

Inicialmente o plano de trabalho tinha uma estimativa que seriam necessários realizar quatro encontros com os membros da comunidade para coleta de dados. No entanto, tendo em vista a dificuldade de encontrar uma data em que todos os selecionados pudessem estar presentes, devido aos seus compromissos particulares, foi sugerida a possibilidade no dia 25 de agosto de 2024, momento este, que ocorria uma confraternização na residência da presidente da comunidade.

Tendo em vista esta oportunidade, organizamos nossa saída de Pelotas/RS com destino a Piratini/RS, para dar sequência ao nosso plano de trabalho, que seria a realização das entrevistas individuais. Porém, imprevistos acontecem. Na chegada ao local, nos deparamos com um número superior de pessoas que esperávamos encontrar. Mesmo tendo ciência que a composição familiar dos Brasa Moura é robusta, como pode ser percebida na apresentação do quadro nº 1 (Quadro da Genealogia da Família da Nair Madeira Lopes), além da Eva Lopes; Tatiana Lopes; Ligiane Lopes da Silva; Ilda Mara Lopes; Edgar Lopes e Ilza Mara Lopes Garcia (indicados a participar da dinâmica), havia presente no local mais familiares, algo compreensível dado o momento.

Mesmo havendo várias pessoas no local que não participaram efetivamente da proposta, ansiávamos que esta atividade fosse organizada de modo que, viesse ocorrer no mesmo dia e em um espaço que permitisse a participação coletiva, justamente para garantir a contribuição e a troca de diálogos entre os participantes, para posteriormente, espacializar as informações coletadas em um mapa participativo. Por isso, não consideramos como um fator negativo, muito pelo contrário, aproveitamos a oportunidade para apresentar a proposta para os demais.

Por esta razão de readequação da proposta, consideramos mais apropriado reformular a dinâmica para uma roda de conversa. Vale destacar que, mesmo com essa mudança, a atividade transcorreu sem sofrer nenhum prejuízo na sua proposição. Além disso, ressaltamos que a indicação dos selecionados para participação efetiva da coleta de dados, foi feita por Eva e Tatiana, pois foi do nosso interesse ter esse momento com os integrantes da comunidade que tiveram maior tempo de vivência dentro do território.

Nesta oportunidade, utilizamos alguns recursos como: máquina fotográfica; gravador; pranchetas, folhas A4; canetinhas; lápis de cor; lápis; borracha e imagem de satélite da área de abrangência do estudo. A atividade de coleta de dados seguiu a seguinte lógica apresentada nos momentos descritos a seguir:

- Primeiro momento: apresentação pessoal enquanto responsável principal da pesquisa e da orientadora profa. Dra. Rosângela Spironello que acompanhava a atividade;
- Segundo momento: apresentação dos objetivos da pesquisa e explanação a respeito da intencionalidade da Cartografia Social enquanto instrumento metodológico para representar as memórias socioespaciais dos envolvidos da pesquisa;
- Terceiro momento: apresentação e preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido, da pesquisa;
- Quarto momento: exposição dos materiais cartográficos (imagem de satélite e carta topográfica) da área que se estima que deu origem a comunidade de quilombolas Brasa Moura, sendo este, o primeiro recurso produzido durante a atividade de pré-campo, em que foi feito o mapeamento participativo;
- sexto momento: espacialização das memórias na carta topográfica.

Tendo em vista a readequação da atividade prática para roda de conversa, consideramos ser mais conveniente usar o roteiro de perguntas, apresentado no apêndice nº 1, de modo que ele servisse como um aporte para direcionar os participantes. Eles não precisaram escrever suas respostas por extenso, pois na ocasião, a conversa com as respectivas narrativas estava sendo gravadas em áudio para auxiliar nas análises dos mapas mentais produzidos.

Ao propormos o roteiro de perguntas, acreditamos que estas, visam compreender a experiência pessoal dos entrevistados em relação aos espaços e aos eventos ocorridos dentro da comunidade. Atrelado a isto, também buscamos explorar os simbolismos e significados atribuídos aos espaços vividos e concebidos por esses sujeitos neste ambiente. Ao solicitar que eles criassem desenhos que indicassem locais que são significativos, não almejamos apenas a compreensão sobre a exatidão da descrição dos espaços, mas esperamos também, a valorização dos significados subjetivos.

Com relação a transcrição das narrativas que foram consideradas pertinentes para este estudo, as mesmas, foram integralmente transcritas e apresentadas nos capítulos desta dissertação. Nestes fragmentos, podemos vislumbrar como se transcorreram as vivências dos sujeitos desta comunidade, seja pelo viés dos conflitos, lutas, resistências e também de renovação.

Para fazermos uso das narrativas como parte deste processo metodológico, buscamos nos orientar por intermédio da história oral e sobre sua importância para a compreensão de como se desdobraram os fenômenos espaciais no decorrer dos anos. Para isto, buscamos o diálogo com Le Goff (1996), onde o autor destaca alguns elementos importantes que esta técnica pode revelar. Para a ocasião, buscamos apresentar os seguintes: compreensão das perspectivas individuais, pois, permitem uma compreensão mais profunda das perspectivas individuais no contexto histórico. Ao ouvir as histórias pessoais e experiências de pessoas comuns do passado, os pesquisadores podem capturar nuances e visões do mundo que muitas vezes são omitidas em fontes escritas casualmente. Isso contribui significativamente para a história social, humanizando eventos e adicionando camadas de significado.

Além disso, a história oral complementa de maneira crucial as fontes escritas tradicionais. Ela oferece informações adicionais ou diferentes sobre eventos históricos, preenchendo lacunas na documentação escrita e até desafiando narrativas fundamentadas. Através de entrevistas com testemunhas oculares ou descendentes de eventos históricos, pode-se obter uma compreensão mais completa e precisa do passado, permitindo uma análise mais aprofundada.

Outro ponto que é destacado por Le Goff (1996), diz respeito a relevância desta técnica, pois ela pode vir a dar acesso a histórias não registradas. Muitas vezes, eventos, tradições e experiências não são documentados em fontes escritas

oficiais, especialmente quando se trata de grupos marginalizados. A história oral resgata essas histórias ignoradas, oferecendo uma visão mais inclusiva e diversificada do passado.

Dessa forma, os métodos que buscamos adequar a esta proposta, sendo eles o qualitativo, fenomenológico e história oral, atrelados a Cartografia Social, nos permitiram ter uma compreensão das memórias socioespaciais da comunidade Brasa Moura, possibilitando um olhar aprofundado sobre suas dinâmicas territoriais e sociais.

Destaca-se ainda que, o levantamento de material fotográfico das memórias expressas nas narrativas foi realizado durante as entrevistas e complementado posteriormente, conforme necessário. Ao optarmos por incorporar as fotografias no percurso metodológico, acreditamos que, esta ferramenta além de nos permitir representar/apresentar os fenômenos espaciais relacionados, também nos proporcionou ter uma visão mais detalhada sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo, no lugar que outrora foi ocupado por esse remanescente de quilombolas.

**E) Mapeamento das memórias socioespaciais:** Para a realização do mapeamento participativo, durante a roda de conversa, foi apresentado um recorte da área que se estima que deu origem à comunidade. Este produto foi resultado da atividade de pré-campo. Esta representação foi elaborada em uma escala aproximada de 1:8.300 e impressa em folha de tamanho A1 (59,4cm x 84,1 cm), possibilitando um detalhamento maior dos espaços rememorados. Em posse deste material, também tivemos como objetivo propor com que o entrevistado estudasse a imagem apresentada, para assim, poder indicar com o máximo de precisão possível a localização espacial do fenômeno ou do objeto ao qual considera simbólico e representativo.

Após esse espaço ser identificado na representação gráfica, foi sugerido que o entrevistado fizesse um desenho ao qual considerasse apropriado para representar essa memória. Além disso, verificamos junto aos sujeitos da comunidade a existência de registros fotográficos acerca dos fatos que estavam sendo mencionados. No entanto, não conseguimos um vasto material a respeito, pois para ter acesso a recursos tecnológicos no período em que as memórias eram suscitadas, ocorria esporadicamente e em ocasiões muito pontuais, pois, nas palavras da Eva “tirar fotografias naquela época, era caro, só podíamos fazer isso

muito raramente, quando um retratista aparecia”. Mesmo assim, ainda conseguimos realizar o levantamento de algumas fotografias (anexo 1), junto aos membros da comunidade, as quais contribuíram para tornar a análise e discussão dos resultados.

Ao apresentarmos os dois materiais cartográficos já produzidos, esperávamos que essa ação orientasse os participantes, permitindo que examinassem o material e “retornassem ao seu local de origem”. A representação cartográfica buscou demonstrar as dimensões das áreas que, ao longo dos anos, foram “perdidas” pela comunidade. Atualmente, a área reconhecida pelo INCRA é de 2,3 hectares, enquanto, no reconhecimento que foi obtido no mapa participativo, essa extensão foi de aproximadamente 500 hectares. Esse exercício possibilitou a observação do território, para além das fronteiras delimitadas, pois as referências vividas do grupo estão além destas métricas.

Sendo cumprida esta primeira etapa do mapeamento, foi organizada a espacialização dessas memórias no mapa, de modo que, cada um dos participantes conseguiu localizar o espaço ao qual estava se referindo no respectivo produto cartográfico. Essa localização foi importante para que pudéssemos ter a posição aproximada para inserir as simbologias elaboradas por meio da síntese dos mapas mentais.

O prosseguimento da atividade culminou na elaboração dos mapas mentais que buscaram retratar as memórias trazidas à tona durante a roda de conversa. Posteriormente, com base nestes materiais produzidos, foram elaboradas algumas simbologias que consideramos mais relevantes para espacializar os fatos transcorridos no mapa participativo.

A esquematização destas legendas, foi feita de modo que as mesmas, fizessem referência às práticas retratadas nos recursos apresentados. Sendo assim, foram organizadas do seguinte modo: práticas religiosas; conflitos territoriais; práticas alimentícias e relações de trabalho. Este resultado pode ser observado no capítulo correspondente às discussões dos resultados, onde foi apresentada a versão final do mapeamento participativo.

A partir deste primeiro recurso produzido, ele serviu como base para darmos início a confecção de uma maquete<sup>1</sup> da área de abrangência da comunidade de remanescentes de quilombolas. Devemos destacar que a delimitação da área considerou os pontos levantados no pré-campo, o que demarca a área aproximada de ocupação antes da legalização da área atual. Para a elaboração da maquete, foram utilizados uma base de madeira, placas de isopor para representar as diferenças altimétricas do relevo, cola, massa corrida, tinta látex e demais simbologias compostas por peças de madeira. A maquete tem como escala final, a mesma indicada anteriormente, ou seja, 1:8.300.

Com base nas informações coletadas, analisadas e discutidas, foi possível tecer as considerações finais desta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Os procedimentos metodológicos para a elaboração da maquete, podem ser consultados perante o acesso ao seguinte link:

<https://docs.google.com/document/d/1vtMim5WgGtDCFgWpGzrAfKdmN5V3SszO/edit>

Nesta pasta, constam as imagens do passo a passo de confecção deste recurso pedagógico, o qual foi elaborado em parceria com alunos da graduação vinculados a disciplina de Metodologia VI: recursos didáticos.

### **3 DOS ENTRAVES GEOGRÁFICOS A CONSOLIDAÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA PERANTE OS ESTUDOS FENOMENOLÓGICOS**

Nesta seção faremos uma breve contextualização a respeito da caminhada epistemológica da Geografia, dando ênfase a Fenomenologia como método adotado para a condução da nossa pesquisa. Na sequência trataremos alguns apontamentos sobre a importância da Cartografia Social e do mapeamento participativo como metodologia para registro das memórias espaciais e afetivas dos remanescentes de quilombolas que fazem parte do nosso estudo.

Nos primórdios da consolidação da ciência geográfica, encontramos evidências marcantes no que se refere às preocupações e interesses iniciais dos seus estudiosos em apresentar o espaço geográfico por intermédio de uma abordagem cartesiana, influenciados por métodos que refletiam postulados positivistas. Neste contexto, os aspectos físico-naturais eram amplamente privilegiados, pois, neste cenário, era possível estabelecer uma relação mais rígida, direta e objetiva com o objeto de estudo. Os métodos utilizados, buscavam privilegiar informações que poderiam ser ordenadas, classificadas e descritas ao longo das pesquisas, para assim, serem tratadas sob perspectiva do investigador.

No que se refere à incorporação de elementos subjetivos perante a análise geográfica, o séc. XIX, representou um grande marco para essa dinâmica. No entanto, os fenômenos ainda eram interpretados de forma objetiva, pois ainda seguiam as ideias positivistas e naturalistas. A subjetividade estava relacionada à cultura(material) enquanto técnica que os grupos sociais utilizam para sua interação com o meio natural. Desta inter-relação dos sujeitos com o ambiente, deriva a necessidade de compreender qual a influência do mesmo sobre os indivíduos.

Foi neste cenário de novos questionamentos, que Ratzel desempenhou importante papel frente ao que seria chamado de Geografia Humana. Primeiramente, ele advogou sobre a relação entre seres humanos e o meio natural, dizendo que esta interação é resultado de um processo social. Para esta relação, foi cunhado o termo de Antropogeografia.

Sendo assim, seus novos estudos iriam buscar destacar a dependência dos seres humanos ao espaço ao qual estão instalados, dizendo que deste, pode derivar parcialmente ou totalmente tudo aquilo que os grupos sociais precisam para sobreviver. Além deste primeiro aspecto, frente a este novo campo da Geografia,

também se iniciou as reflexões a respeito da mobilidade dos grupos sociais e a sua necessidade de deslocar-se no espaço, como um dos fatores primordiais para se estabelecer o equilíbrio e a coexistência destes dois princípios para os estudos voltados para o campo da Geografia Cultural.

A visão de Ratzel diante a essa nova perspectiva de investigação, estava estritamente relacionada à concepção da essência de mobilidade dos indivíduos à sua capacidade de domínio das técnicas utilizadas que lhes asseguravam a adaptação ao meio. Para esta ideia, era atribuída a concepção de cultura. Para ele, esta ideia se pautava primeiramente na análise dos conjuntos de artefatos materiais utilizados pelos grupos sociais em relação ao espaço, as relações que se desenvolviam horizontalmente, como crenças, valores e linguagem, não eram consideradas.

Na mesma medida que a Geografia Humana se constituía em todos os lugares, sob os principais ideais preconizados pela escola alemã de Ratzel e sua visão expansionista, os entraves a respeito da centralidade das discussões a respeito de sua variável fundamental (cultura), também começa a surgir diante aos seus adeptos. Muito embora esse novo viés estivesse carregado do rigor epistemológico da época, a maneira como os fenômenos eram explicados a tornava pouco atraente, perante os pesquisadores daquele tempo.

Um dos principais críticos às ideias concebidas por Ratzel, vinha da França, sob a figura La Blache. Moraes (2002) nos aponta que a primeira crítica realizada por La Blache a respeito do precursor dos ideais da Geografia Humana, deriva do viés político explícito em suas ideias, além do seu determinismo ambiental exagerado, onde acreditava que os grupos sociais eram apenas um produto passivo ambiente. Para La Blache, tais análises deveriam fugir do caráter generalista da escola alemã, deveriam considerar a diversidade cultural entre as distintas sociedades onde os fatores históricos, econômicos e sociais poderiam contribuir para o entendimento da relação entre os grupos sociais e o ambiente.

Sendo assim, La Blache elaborou o conceito de gênero de vida, “o qual passaria a expressar uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida.” (Moraes, 2002.p.69)

Sobre a visão Lablachiana a respeito desse conceito, Zanatta (2010), destaca o seguinte:

Pode-se definir esse conceito como o conjunto de técnicas, hábitos e costumes próprios de uma sociedade que possibilitam o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Sustentando a idéia de que a ação humana é influenciada pela contingência, para Vidal o meio físico exercia ascendência sobre certos gêneros de vida, mas os grupos humanos também nele podiam intervir, dependendo de seu estágio civilizatório, cultural e seu desenvolvimento tecnológico (Zanatta, 2010, p.4).

No entanto, no que se refere à cultura, La Blache, assim como Ratzel apresentavam o mesmo entendimento, quando mais uma vez, prioriza os estudos a respeito do uso dos instrumentos materiais dentro dos grupos sociais, como uma prática cultural relacionada aos diferentes gêneros de vida. Claval (2003) nos elucida:

Para Vidal de La Blache como para os geógrafos alemães ou americanos, a cultura pertinente é aquela que se aprende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam. Para ele, entretanto, esses elementos não ganham sentido se não são compreendidos como componentes dos gêneros de vida (Claval, 1987): para valorizar os bosques, as pastagens ou os campos que os rodeiam e sobre os quais têm direitos, os grupos foram levados a estruturar seu emprego de tempo, a adotar novas maneiras de fazer e as praticá-las em tal ou qual momento do ano em função do ritmo das estações (Claval, 2003, p.33).

Ao findar do século XIX, em meio ao embate entre o determinismo Alemão e o possibilismo francês e a busca pela consolidação da ciência geográfica, não podemos negligenciar que a demanda por estabelecer diferenças ao pensamento geográfico da época, não resultou em uma abordagem completamente distinta, ambas ainda eram carregadas da perspectiva naturalista e dialogavam com os pressupostos positivistas.

Outro ponto de intersecção a respeito do pensamento geográfico da época diz respeito à relevância do conceito de paisagem, sendo este, um dos pilares centrais para discussões que tinham como um dos objetivos, atrelar as feições morfológicas das paisagens às dinâmicas de transformação dela, por intermédio do arcabouço cultural das sociedades.

Foi somente nas primeiras décadas do século XX, que nos Estados Unidos, com Carl Ortwin Sauer uma nova perspectiva a respeito dos estudos que relacionavam Geografia a cultura passou a assumir uma nova postura. “Através dele, a Geografia Norte-Americana libera-se do determinismo ambiental e estabelece sólidas ligações com a Antropologia e a História” (Corrêa, 1989, p. 113).

Ainda em Corrêa (1989), o autor busca apresentar o posicionamento teórico epistemológico abordado por Sauer, na investida de propor uma Geografia Humana que buscasse romper com a visão determinista consolidada com a escola alemã. Para tal, o conceito de cultura, atrelado aos estudos geográficos, era abordado por Sauer como uma dinâmica que estava intimamente condicionada a forma como os grupos étnicos interagem com o meio natural ao qual habitam, enfatizando o papel vital do ambiente natural na formação da cultura. Afirmando ainda que, por meio do trabalho, os indivíduos influenciam e são influenciados por seu ambiente na medida em que eles são modificados. Diante disso, considerando a relevância da análise das paisagens como fator de influência da perspectiva cultural, Sauer, forjou o termo “paisagem cultural” para ilustrar como as ações humanas moldam e alteram progressivamente o ambiente físico.

No que diz respeito aos aspectos subjetivos da cultura, das relações que são desenvolvidas horizontalmente, dentro dos grupos étnicos, Sauer acreditava que a cultura é transmitida de geração em geração e está profundamente enraizada na relação da humanidade com o mundo natural. No entanto, mesmo com a sua contribuição para propor um pensamento geográfico que buscasse considerar outros campos de estudo como a Antropologia, História e Ecologia, críticos apontaram que as ideias de Sauer se inclinam muito para o determinismo cultural, ignorando outros fatores cruciais, como influências sociais, políticas e econômicas. Uma das principais críticas feitas ao posicionamento adotado na escola americana foi, “Em realidade, ao abandonar o determinismo ambiental, Sauer se vê engajado no determinismo cultural, uma outra versão do darwinismo social que afetou, via antropologia, a Geografia Cultural” (Corrêa, 1989, p.120).

Para além disso, outro entrave encontrado perante os seus estudos, diz respeito a influência do ambiente na formação da cultura, alguns acadêmicos argumentam que suas teorias não capturavam adequadamente a natureza dinâmica da cultura e a capacidade das sociedades de se adaptarem e evoluírem.

Além disso, houve críticas sobre uma possível tendência eurocêntrica em suas abordagens. A ênfase de Sauer nas sociedades europeias pode ter limitado a aplicabilidade de suas teorias a contextos culturais não europeus, levantando preocupações sobre uma visão parcial e limitada das complexidades culturais globais.

De acordo com Zanatta (2017), até meados da década de 1940, a Geografia Cultural ainda concentrava seus estudos tendo como base fundamental o conceito de paisagem e nos aspectos de gênero da vida, enfatizando elementos materiais como técnicas, ferramentas e artefatos. No entanto, essas abordagens não conseguiram acompanhar os avanços teóricos e metodológicos em andamento, culminando na década de 1970, com a chamada virada cultural. Foi a partir dessa década que os novos geógrafos culturais começaram a atribuir novas interpretações a esse campo de estudo, adotando uma abordagem mais crítica e expansiva que transcende a noção convencional de paisagem.

O início da Geografia Cultural no Brasil ocorreu tardiamente, no início dos anos 1990, anunciando uma nova fase para este campo da Geografia. Os geógrafos culturais concordaram coletivamente que esse domínio do entendimento geográfico havia sido subestimado no contexto brasileiro. O tratamento empírico sugerido e a perspectiva restrita da avaliação da paisagem, particularmente tendenciosa em relação aos elementos naturais em ambientes rurais, geraram críticas.

Frente a esta necessidade de readequação no que se refere a postura teórica metodológica adotada na Geografia cultural, Oliveira (2014), nos coloca o seguinte:

Diante das várias mudanças que a sociedade enfrentava, havia a necessidade de expandir os estudos em relação à cultura. Passou-se a interpretá-la em um sentido social, priorizando as ideias de que os homens eram mais que instrumentos e técnicas aplicadas ao meio natural. Passou-se a focar os estudos no interior dos grupos e nas suas relações, na interação com os objetos, nas suas crenças, valores e símbolos adotados pelas diversas culturas, bem como nos seus significados para os grupos em uma dimensão subjetiva (Oliveira, 2014, p.59).

Isto posto, Suertegaray (2005) investiga a aplicação do método fenomenológico na pesquisa Geográfica, com foco principal na compreensão do mundo vivido e das experiências humanas, nos domínios do espaço e do tempo. Elucida que, como o método fenomenológico visa retratar as experiências humanas sem preconceitos, enfatizando a captura do significado conforme percebido e atribuído pelos indivíduos. Esse método contrasta com o positivismo, que depende de leis explicativas, pois a fenomenologia se esforça para elucidar o que é apresentado diretamente na consciência.

Na Geografia, a fenomenologia está entrelaçada com a noção de “mundo vivido”, abrangendo experiências cotidianas e seus significados associados. Conceitos como espaço, paisagem e lugar têm uma importância primordial, pois são moldados e percebidos pelos indivíduos. Ressalta as intrincadas ligações entre elementos geográficos, abrangendo dimensões naturais, sociais e culturais, ao lado de espaços de imaginação e projeção (Suertegaray, 2005). Essas interconexões dão origem a experiências que evocam sentimentos de prazer ou aversão, encapsulados nos termos Topofilia e Topofobia.

Além disso, nos é apresentado o conceito de Geografia, delineando nossa relação duradoura com o espaço e o tempo. É crucial reconhecer que a Geografia está enraizada desde o nascimento e cresce em complexidade com o tempo. O tempo e o espaço são interpretados como construções enraizadas em nossa existência, moldando nossas percepções da natureza e da cultura.

No campo da Geografia Humanista, a fenomenologia é vista como uma ferramenta hermenêutica que busca decifrar e interpretar o significado das experiências baseadas em espaços geográficos. Consequentemente, a Geografia surge não apenas como uma ferramenta para revelar o mundo, mas também como um catalisador para a transformação, em que diversas experiências moldam e remodelam os espaços à medida que a consciência e as ações individuais evoluem.

Outras contribuições à respeito da fenomenologia são apontadas por Yi-Fu-Tuan (2013), os filósofos Maurice Merleau Ponty (1999), Edmund Husserl (2002), por exemplo. Nesse contexto, dialogando a respeito do tema, com os referidos autores, Almeida (2011, p. 47), analisa que o método fenomenológico “não se preocupa em ser exato, mas antes, se ocupa dos fenômenos vividos da consciência a partir de um conceito que é fundamental nesta tentativa de relançar a temática da percepção – a consciência intencional”.

Nessa linha de raciocínio, as autoras Ávila; Spironello (2020, p.15-16), destacam que:

A relevância para trabalhar os processos perceptivos também irá apresentar a Geografia da vida, onde as coisas acontecem e emergem, com as leituras subjetivas e estéticas da paisagem, como expressão de habitar no mundo, com isso, tornando cada ser humano produtor do desvendamento do seu cotidiano bem como efetivando o papel da Geografia no mundo.

Ainda em relação às contribuições sobre a fenomenologia, Merleau-Ponty (1999, p. 13), nos diz que, “[...] buscar a essência do mundo, não é buscar o que ele é em ideia, uma vez que o reduzimos a tema de discurso, é buscar o que ele é de fato para nós antes de qualquer tematização”.

Em outras palavras, Ávila; Spironello (2020), destacam que a importante contribuição da fenomenologia que Merleau Ponty trouxe para o pensamento geográfico, foi de abordar o mundo interior e exterior, mostrando que o ser humano vê esse mundo e os fenômenos que os cercam, de acordo com as suas especificidades. Ademais, ressaltamos que essa complexidade, nas suas especificidades, pode variar no tempo e espaço, como a sua cultura, religião, educação, sentimentos e meio ambiente.

Com base no que foi apontado e considerando os objetivos da nossa pesquisa, buscamos analisar as percepções dos sujeitos, tecendo o olhar para a fenomenologia, tendo a paisagem e lugar, e num segundo plano, o território, como conceitos basilares, no resgate das memórias simbólicas e afetivas dos sujeitos, remanescentes da comunidade quilombola Brasa Moura. Essa escolha metodológica está profundamente alinhada ao meu percurso investigativo, pois a análise fenomenológica e a Cartografia Social permitiram captar e representar as memórias e experiências vividas pelos participantes, conectando teoria e prática no desenvolvimento desta pesquisa.

Para dar sequência ao diálogo estabelecido, na próxima seção, abordaremos aspectos voltados à Cartografia Social e aos mapas mentais, compreendidos como instrumentos de validação das memórias espaciais.

### 3.1. Cartografia Social como instrumento de validação das memórias espaciais

Para abordar de maneira mais aprofundada as temáticas que serão desenvolvidas ao longo desta seção, reconhecemos que será necessário um embasamento teórico mais robusto. Começamos com as considerações iniciais sobre o tema, as quais serão complementadas ao longo da pesquisa, incorporando contribuições de autores como: Almeida (2013); Santos (2016); Giraldo (2016). As ideias aqui expostas visam ressaltar a importância da Cartografia Social como uma abordagem, que privilegia em suas representações os aspectos do espaço vivido,

percebido e concebido pelos sujeitos envolvidos no estudo. Além disso, exploramos as relações entre os conceitos de paisagem e lugar.

Ao pensarmos em trazer algumas questões sobre a aplicabilidade e relevância da Cartografia Social para esta proposta, primeiramente consideramos importante destacar que, reconhecemos e consideramos necessário os conhecimentos e estudos voltados à Cartografia Sistemática e todo o seu arcabouço de padronizações.

Ao fazermos menção a estes critérios de padronização e a “aparente” neutralidade encontradas nas representações gráficas que adotam este método, para expor a sua concepção de mundo, encontramos nos estudos de Acselrad e Coli (2008), relevante contribuição, quando eles buscam remontar essas concepções ao apresentar que, primeiramente este tipo de linguagem surgiu da necessidade de representar pontos de vistas e necessidades específicas. Inicialmente, essas representações apresentavam aspectos mais fantasiosos, baseados em crenças e mitos, do que em observações geográficas precisas.

Somente com o passar do tempo e dos avanços tecnológicos que deram possibilidade ao desenvolvimento de instrumentos de medição que os mapas se tornaram mais objetivos, no que se refere a uma representação mais precisa das áreas de um determinado território.

No entanto, mesmo adquirindo mais rigor em suas representações, os mesmos continuaram a ser instrumentos carregados de influência política, onde muitas vezes não buscam apenas representar um território, mas também, destacar os interesses de grupos políticos que os criam.

O imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo. As representações cartográficas passaram igualmente a subordinar-se aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam. O território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável, foi sendo transformado em extensão quantificada, limitada e controlada pelo gesto cartográfico que serve de suporte à ação política (Acselrad e Coli, 2008, p.13).

Neste sentido das ideologias percebidas por meio das representações cartográficas convencionais, conseguimos perceber que estes, nunca foram isentos de neutralidade. Eles podem servir de artifício em meio a um mecanismo

de influência sobre a maneira como percebemos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

Gomes (2017), também busca trazer essa problemática a tona quando nos coloca a seguinte questão:

Enquanto a cartografia convencional privilegia o espaço euclidiano, o território enquanto estado-nação, a precisão e pretensa neutralidade, a Cartografia Social prioriza o espaço vivido, percebido e concebido, o território e as questões de territorialidade das comunidades e dos grupos sociais envolvidos no mapeamento. O conteúdo dos símbolos e o posicionamento político são tomados como princípios (Gomes, 2017.p. 101).

Nas palavras de Santos (2016, p. 274), “A Cartografia Social é vista como um processo de construção coletiva que aproxima, em uma mesma categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados”.

Considerando as contribuições da Cartografia Social, na leitura de Almeida (2013, p. 169), este nos diz que ela,

...revela-se consoante estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e “sem lugar” no mapa oficial. Estes povos só recentemente, sobretudo com as mobilizações que resultaram na Constituição de 1988, conquistaram o direito à representação política emancipados dos mediadores históricos.

É neste campo, de jogo de interesses e de poder que pensamos sobre como os grupos sociais menos favorecidos têm sido apresentados e representados perante a este universo rígido e extremamente cartesiano. Questionamos se este tipo de representação seria suficiente para capturar e esboçar aspectos que estão além da materialidade do mundo concreto. Diante a este contexto, de buscar possibilidades que nos permita ir além do que simplesmente pode ser quantificado, ordenado e traduzido em simbologias tidas como universais, que almejamos fazer uso da Cartografia Social, como um dos principais potencializadores para esta proposta. Pois como indica Almeida (2013) sobre potencialidade deste recurso:

A proposição de uma “nova Cartografia Social”, enquanto orientadora de práticas de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendida como circunscrevendo-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações”

fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas (Almeida, 2013, p. 157).

Com esse olhar que busca trazer mais pluralidade as representações cartográficas, que intencionamos incluir nesta proposta ações voltadas ao mapeamento participativo, pois assim, acreditamos que a partir da contribuição direta dos sujeitos atuantes nesta pesquisa, distintas perspectivas sejam representadas considerando a concepção individual de cada indivíduo. Pois, intencionamos espacializar não apenas objetos, mas também a percepção a respeito da área representada.

Com relação ao mapeamento participativo, segundo a IFAD – *International Fund for Agricultural Development* (2009) existem alguns critérios para o reconhecimento de mapas comunitários e definição do mapeamento participativo, os quais seguem:

Definição do mapeamento participativo pelo processo de produção: os mapas participativos são planejados com um objetivo comum e a participação da comunidade em um processo aberto e inclusivo é uma estratégia facilitadora do processo, pois com a participação de todos os membros da comunidade de estudo o resultado torna-se mais benéfico por representar a experiência coletiva do grupo.

Definição do mapeamento participativo pelo produto que representa a comunidade: É realizada uma seleção que mostra quais elementos serão relevantes para as necessidades e utilização da comunidade a ser representada.

Definição do mapeamento participativo pelo conteúdo dos mapas que retrata locais de conhecimento e informação: Os mapas devem conter os nomes, símbolos, escalas e características baseadas no conhecimento local.

O mapeamento participativo não pode ser definido pelo nível de cumprimento das convenções cartográficas formais: Os mapas participativos não necessariamente podem ser incorporados a sofisticados sistemas de informações geográficas. Devem ser vistos como uma ferramenta eficaz de comunicação considerando que os mapas regulares buscam uma conformidade e diversidade na apresentação dos conteúdos.

A partir da elaboração dos registros (desenhos) e do resgate de fotografias, bem como a expressão pela oralidade, compuseram o conjunto de informações no que denominamos de mapa participativo.

### 3.2. Os conceitos geográficos e sua interlocução com a temática de pesquisa

É neste entrelace de subjetividades que se apresentam alguns conceitos estruturantes para a Geografia, como Paisagem, Lugar e Território, especialmente frente a esta abordagem da Cartografia Social. Podemos perceber a partir do que expusemos até este momento, que a paisagem nesta abordagem busca representar algo mais complexo que uma simples descrição do espaço geográfico. Neste contexto, ela é moldada por ideologias, poderes políticos e representações simbólicas.

Souza (2018) irá abordar a complexidade em desassociar o conceito de paisagem a concepção de espaço pelo fato dos dois estarem intrinsecamente relacionados. O espaço é o suporte físico ao qual as paisagens se manifestam e onde também é envolto as relações sociais que influenciam a forma como essas paisagens são percebidas. Com relação ao cuidado que devemos ter em cair nos simplismos perante a sua leitura, ele nos coloca o seguinte: “A paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia nos “sugere” (Souza, 2018, p. 46).

Ainda abordando as ideias do autor supracitado, a respeito da concepção sobre paisagem:

A despeito de inextricavelmente associado à aparência, nada nos autoriza a achar que o conceito de paisagem é, só por isso, de pouca importância. Na verdade, a paisagem é reveladora, muito embora revele “ao encobrir” (e, inversamente, e de modo ardiloso, encubra “ao revelar” ...). Em outras palavras: a paisagem é uma forma ou uma aparência - *e não há nada de intrinsecamente ruim nisso, a não ser que a nossa própria limitação mental faça disso algo ruim* (Souza, 2018, p.51).

Ao apresentarmos as ideias do autor com relação ao seu entendimento sobre a complexidade que a análise de uma simples paisagem pode “encobrir” ou “revelar”, pensamos que, ao trazer este elemento para esta proposta, o mesmo possa nos oferecer diversas perspectivas a respeito da observação dos sujeitos participantes da pesquisa, a respeito dos objetos espaciais e espaços de pertencimento dentro da comunidade.

Para além desta concepção a respeito da relevância deste conceito abordado neste trabalho, buscamos ampliar o entendimento a respeito trazendo o olhar do Serpa (2023), para este conceito:

A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é composta, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe também um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e funções indicam a estrutura espacial, que é, em princípio, “invisível” e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade (Serpa, 2023, p. 52-53).

Desse modo, conseguimos perceber que a paisagem é muito mais complexa do que a mera percepção visual sugere inicialmente. É o resultado de um complexo processo de acumulação, onde vários fatores naturais e humanos se entrelaçam gradualmente, deixando marcas que definem sua forma e essência. Esse processo de modelagem não é estático, mas contínuo, evoluindo tanto espacial, quanto temporalmente, moldado por eventos históricos e suscetível a alterações futuras.

Dentro desta relação de intersubjetividades, é que se apresentam também noções a respeito do segundo conceito que buscaremos refletir ao longo desta pesquisa, sendo ele, o de lugar. Para melhor entendimento, sobre essa relação, encontramos em uma das obras de Moreira (2009), um vasto apanhado de autores que buscam dar sustentação para como o pensamento geográfico brasileiro vem se estruturando ao longo dos anos. Deste modo, buscamos apresentar em síntese as ideias de Tuan a respeito de como se dão essas relações do espaço para o lugar, encontradas da obra mencionada.

Tuan, inicialmente nos apresenta a dicotomia de Espaço e Lugar, definindo cada um dos conceitos e mostrando que a diferença entre eles se dá na subjetividade e experiência que o indivíduo tem com tudo aquilo que o cerca. (Moreira, 2009, p.65).

Tratando-se de espaço, o autor nos mostra que o Espaço é o resultado da integração do homem com seu entorno no qual ele se relaciona, mas que é algo impreciso, vago e amplo. Ou seja, um ambiente delimitado que fazemos inferências através de experiências corpóreas de percepção e impressão, aliadas à ação da mente e do pensamento.

O contraponto se apresenta diante da perspectiva do lugar, sendo este cujo espaço nos torna mais pessoal, que neste caso, o autor caracteriza como Espaço Vivido, e que a ele atribuímos a ideia de valor junto à sensação de estabilidade e permanência, (por exemplo, a residência onde moramos ou o lugar de trabalho).

Em termos gerais, a relação que atribuímos aos conceitos de lugar e espaço, vem do conjunto de experiências do indivíduo com o local que o cerca, como por exemplo, os sentimentos de ameaça e liberdade que o espaço promove em relação a cultura, segurança e estabilidade que criam condições de julgamento e valor para o ser humano.

Assim, o mundo exterior por intermédio das vivências, transforma a percepção do sujeito, sua mente lhe permite com que ele faça daquele mundo/espaço um lugar através de ações corpóreas experienciadas e/ou aprendidas. Assim, o espaço seria o local de vivência em processo de transição, para se tornar um lugar.

O autor ainda destaca a importância da ajuda dos nossos sentidos para construir a partir das nossas vivências no mundo, a nossa relação de lugar e espaço, de tal maneira que cada uma delas nos ajuda nesse processo seletivo, como a visão, que através dela pode-se elencar coisas, ter noções de distâncias, ou pelo tato e olfato dando uma sensação mais discernível e refinado do espaço.

O ato de se mover pelo mundo, e atitudes como o de caminhar, ouvir, falar da forma como se desejar, ou seja, o ato de experienciar e expressar livremente as ações meramente humanas, resulta da exploração do ambiente que nos cerca, que corroboram para percepções do espaço geográfico. Isso nos fornece parâmetros para ajudar a qualificar e sistematizar o meio onde vivemos, bem como, fazer abstrações da mente de forma a criar a nossa própria noção de lugar.

Com uma visão macro da relação homem-espaço-lugar, é o que dita a dinâmica do mundo. É por meio do corpo dos indivíduos que ele interage, modifica, cria e destrói. Associado à percepção de como ele vê o mundo através da carga emocional, sensitiva, analítica e cultural, os indivíduos se colocam como protagonistas de seu espaço, baseando-se principalmente em sua experiência local de vida.

É por causa disso, que o simbolismo Cartográfico é derivado desse papel central que o homem tem no globo, organizando a concepção e relação cartográfica dos povos. Fatos como a espacialidade remete às sensações de como enxergamos o mundo, como ser livre, movendo-se na ocupação dos espaços, como já dito, tudo parte da percepção.

Segundo Tuan, podemos abordar as formas de espaço na qual nos distinguem a relação de corpo-mente, temos a noção de Tempo, Espaço e Lugar.

“Três formas de espaço se distinguem da nossa relação de experiência de corporemente: o espaço mítico, o espaço cosmológico e o espaço humano.” (Moreira, 2009, p.68). No espaço mítico, buscamos estabelecer relação de proximidade através do desejo de conhecer aqueles espaços não concretos em nossas vivências. O espaço cosmológico busca espacializar os lugares e fenômenos ocorridos na natureza por meio do sistema de coordenadas geográficas. E por fim, o espaço humano sendo o lugar em que o homem a partir das duas conjecturas de espaço, o chama de lugar, e o referencia com o espaço ao seu redor, é no seu espaço o qual ele define como lugar, que ele o modifica e cria uma relação de interior e exterior, tudo irá depender das sensações que ele tem e da análise que o sujeito faz.

Complementando as ideias apresentadas a respeito da compreensão do conceito, Souza (2018), nos apresenta do seguinte modo:

Pois bem: no caso de conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território; mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado (Souza, 2018, p 115).

Ao buscarmos trazer a ideia do autor a respeito do conceito, buscamos reafirmar a dimensão cultural-simbólica atribuída a ele, pois é a partir das interações entre as pessoas que ocupam ou visitam esses lugares, que as trocas simbólicas acontecem. Neste sentido, Kozel e Lima, destacam que, “O lugar é vivido a partir das experiências individuais e coletivas com os que partilham os mesmos signos e símbolos, é estruturado a partir dos contatos entre o eu e o outro, onde nossa história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e nós mesmos” (Kozel e Lima, 2009, p. 210).

No decorrer desta pesquisa, buscaremos aprofundar as questões teóricas que foram brevemente apresentadas nesta seção, pois consideramos que as relações e interações com os conceitos apresentados são complexas, perante a abordagem da Cartografia Social. Além disso, pretendemos também, incorporar às discussões o conceito de território como um elemento que está envolto a esta proposta de pesquisa de forma contundente. Nossa investigação destaca como esses conceitos se entrelaçam e influenciam as leituras e análises a partir das

representações cartográficas, especialmente quando consideramos a abordagem participativa na construção dessas representações.

### **3.2.1. O território na perspectiva do olhar para a comunidade Brasa Moura**

O conceito de "território" tem sido amplamente discutido no debate acadêmico brasileiro desde os anos 1990, ganhando relevância especialmente por sua complexidade e multidimensionalidade. Autores como Souza (2009), Haesbaert (2023), Gottmann (2009) em seus estudos, buscam nos elucidar sobre a evolução desse conceito e sobre a necessidade de se estabelecer uma análise crítica, que revise as divergências e confusões em torno desta categoria de análise, ampliando o repertório teórico para pesquisas socioespaciais.

Deste modo, nesta seção buscamos expor algumas considerações a respeito do território da Comunidade de Remanescentes de quilombolas Brasa Moura e como o conceito de território pode ser concebido por intermédio das práticas socioespaciais desses sujeitos perante aspectos da sua territorialidade.

Para fins de melhor compreensão a respeito deste conceito, encontramos em Haesbaert (2023), algumas das influências que derivam sobre o que no contexto latino, entende-se por esta categoria de análise. Primeiramente, o autor nos remete às suas origens históricas, onde são diversas e interligadas. No entanto, nos é sugerida a origem do termo "territorium" o qual remonta ao Império Romano, onde se referia ao espaço de jurisdição sob o controle de um núcleo urbano, estabelecendo uma conotação político-administrativa fundamental para a evolução do conceito.

Na modernidade ocidental, o uso do termo se consolida ao associar território à área sobre a qual se exerce a soberania do Estado-nação. Essa associação é reforçada por autores clássicos como Friedrich Ratzel e Jean Gottman, que contribuíram para uma leitura hegemônica e funcional do território, vinculada ao poder estatal.

Além disso, ainda em Haesbaert (2023) destaca que esta etimologia do termo "territorium" se relaciona tanto a um espaço material quanto a uma dimensão simbólica. Nesse sentido, o território pode proporcionar segurança e identificação

para aqueles que estão dentro dele, enquanto gera medo para aqueles que estão fora.

Essa relação de dualidade, entre a segurança e insegurança em meio a um território delimitado, pode ser percebida por intermédio dos relatos que foram expostos em sua íntegra, pelos membros da comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura. Pois, a história de resistência deste povo, foi fortemente marcada por situações em que muitas vezes a sensação de “poder” advinda de pessoas com poder econômico mais elevado, os colocaram em posição de intimidação e até mesmo de ameaça por grupos externos ao seu território.

O autor supracitado também menciona que a concepção de território, especialmente na leitura em seu sentido estrito, é de matriz eurocêntrica, relacionada a grupos hegemônicos que utilizam o Estado como principal instrumento de poder. Essa perspectiva pode limitar a compreensão das especificidades territoriais em contextos não europeus, como na América Latina, onde as relações de poder e as concepções de território podem ser diferentes.

Em Souza (2009), percebemos ainda a concepção do território como um “campo de forças”, no qual as relações de poder espacialmente delimitadas desempenham um papel central.

Deste modo, compreender que o território também é um campo de forças, significa que ele não é apenas um espaço físico, mas também um espaço onde diferentes relações de poder se manifestam e se confrontam. Essas relações de poder são espacialmente delimitadas, ou seja, variações e se tornam mais evidentes dependendo da localização e das dinâmicas específicas de cada território.

Essa abordagem permite compreender o território como um elemento dinâmico, diretamente ligado a práticas sociais, disputas de poder e influências econômicas, culturais e políticas. Longe de ser um cenário simples onde as relações humanas acontecem, o território é um agente ativo que se molda e é moldado por essas dinâmicas sociais e espaciais. Essa perspectiva amplia a análise das relações humanas ao evidenciar como o espaço pode fortalecer desigualdades, sustentar resistências ou favorecer alianças, promovendo uma reflexão mais profunda sobre a interação entre o espaço físico e os aspectos sociais.

Além disso, Souza (2009) busca problematizar sobre alguns dos principais mal-entendidos relacionados ao território, como a tendência de tratá-lo como algo estático e tangível, ignorando sua natureza dinâmica e relacional. Outro equívoco frequente é confundir território com espaço geográfico, reduzindo-o a uma mera delimitação física sem considerar as relações de poder que o constituem. A visão simplista do poder como algo intrinsecamente negativo dificulta a compreensão do papel das disputas e negociações na construção e manutenção dos territórios. Assim, o autor supracitado, destaca a necessidade de uma abordagem mais crítica e integrada, que leve em conta as dimensões simbólicas, políticas e culturais do território.

O conceito de território pode ser definido a partir de suas múltiplas dimensões, como poder, cultura, economia e aspectos geográficos. A dimensão do poder é central, pois o território é constituído por relações de dominação, controle e influência, refletindo disputas e hierarquias sociais. No âmbito cultural, o território é carregado de simbolismos, identidades e significados que moldam as conexões afetivas e as práticas dos indivíduos em relação ao espaço. A economia também desempenha um papel relevante, já que os processos de produção, circulação de bens e organização econômica influenciam a configuração territorial. Já os aspectos geográficos, como localização, relevo, clima e recursos naturais, interagem com essas dimensões, conferindo ao território uma complexidade que vai além de sua materialidade.

Essas diferentes dimensões ajudam a compreender o território como algo dinâmico e multifacetado, um espaço que incorpora não apenas elementos físicos, mas também relações sociais, culturais e políticas. É nessa perspectiva que se pode discutir o conceito de território simbólico, entendido como um espaço que transcende sua materialidade física para adquirir significados culturais, históricos ou políticos. Exemplos disso incluem lugares sagrados, monumentos históricos e bairros caracterizados por tradições culturais específicas. Esses territórios simbólicos são fundamentais na construção de identidades coletivas e na expressão de pertencimento social.

Deste modo, ao buscarmos propor a reflexão sobre os territórios quilombolas e mais especificamente o da Comunidade Brasa Moura, o conceito de território adquire um significado ainda mais particular. Esses espaços estão profundamente ligados às identidades culturais e históricas das comunidades afro-

brasileiras, sendo marcados por práticas de resistência, luta por direitos e autonomia.

Os territórios quilombolas são resultado de processos de territorialização, em que as comunidades constroem e reivindicam espaços significativos, e de territorialidade, que se refere às práticas e relações sociais que organizam o uso e a gestão desses territórios. Além disso, eles frequentemente refletem uma relação sustentável com o meio ambiente, sendo espaços de manejo e preservação de recursos naturais.

#### **4 A TRAJETÓRIA DE LUTA E RECONHECIMENTO DOS QUILOMBOS**

Aquilombar-se, é uma expressão que atualmente temos nos deparado com certa frequência, graças às pautas que têm sido há muito tempo discutidas e encabeçadas por intelectuais comprometidos com ideias antirracistas. É no sentido de união, que grupos sociais engajados com estas pautas, buscam fomentar uma sociedade com mais equidade para todos, reivindicando direitos, espaços de visibilidade e reconhecimento.

No sentido prático, o uso desta expressão de origem Africana, nos incita a união com nosso semelhante, formando uma rede, onde os valores, crenças, objetivos, ideologias e lutas em comum são os pontos de intersecção do grupo para a formação de uma comunidade. Nesta perspectiva, de ir em busca de pontos de interseccionalidade para ancorar as ideias aqui apresentadas e, pensando sobre a importância da interdisciplinaridade da ciência geográfica, buscaremos neste capítulo, dialogar não apenas com os teóricos desta seara, mas com o arcabouço na antropologia e história a fim de que as discussões a respeito desta temática, também assumam um caráter geográfico.

A fim de remontar essa constituição histórica, lançamos o olhar para o estudo realizado por Oliveira (2008) acerca das primeiras menções ao surgimento deste tipo de organização que buscava o rompimento com um sistema que animalizava e subjuguava os escravizados vindos de África.

Estima-se que, as menções iniciais a respeito aos quilombos foram feitas pela Coroa Portuguesa e seus representantes que governaram o Brasil como uma colônia, referindo-se especificamente aos negros que residiam nos quilombos. Acredita-se que a origem dessas referências remonte a 1722. Depois de um período de 18 anos, precisamente em 1740, a relação entre o Conselho Ultramarino e o Rei de Portugal estabeleceu uma definição para quilombo como “qualquer casa de negros fugitivos, composta por mais de cinco indivíduos, localizada em áreas despovoadas, mesmo que não tenham fazendas ou postes elevados dentro delas”. Essa compreensão conceitual do quilombo tornou-se predominante em documentos subsequentes.

Entre os diversos meios de resistência à escravidão, a formação dos quilombos adquiriu suma relevância. Para Gomes (2005), havia o aquilombamento atrelado aos protestos reivindicatórios de escravizados em relação aos seus

senhores, os pequenos grupos de fugitivos que se dedicavam a assaltos às fazendas, aos povoados próximos e às comunidades que buscaram se consistir como independentes com atividades camponesas integradas à economia local.

Por muitas vezes a constituição destas comunidades de famílias negras, se deram em terras abandonadas por senhores, ou por meio de doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão. Além disso, esses espaços também foram se constituindo por meio da prestação de serviço, ficando primeiramente conhecidos como terras de preto, ou terras de santo, devido da troca de serviços religiosos prestados a senhores dos escravizados por negros(as) adeptos dos cultos religiosos de matriz africana. Deste modo, podemos perceber que os territórios das comunidades negras têm uma vastidão de origens.

Os quilombos se perpetuaram durante todo o período da escravidão em praticamente todo o país. Em diversas regiões do Brasil, indivíduos quilombolas construíram caminhos e estabeleceram assentamentos nas proximidades de plantações, instalações de processamento de alimentos, fábricas e de áreas de garimpos de ouro e diamantes. Essas comunidades, embora compostas principalmente por indivíduos de ascendência africana, também exibem conexões interétnicas, incluindo interações com populações indígenas e caucasianas. De acordo com Souza (2008):

Apesar de se apresentarem como espaços de predominância negra (dos africanos e seus descendentes), os quilombos apresentam-se como espaços interétnicos, com destaque para a participação de povos indígenas e até de brancos que se encontravam em situações sociais de exclusão, como aqueles em situação de pobreza e os desertores (Souza, 2008, p. 41).

Deste modo, a resistência dos africanos escravizados não se resume em si mesma, tampouco na autossuficiência, mais precisamente, na constituição de comunidades negras que não viviam sob a égide de um senhor escravagista, no contexto da sociedade escravocrata. Nas várias regiões escravistas, os negros escravizados, a partir de suas roças e economias próprias, e os quilombolas, que estruturaram a partir da terra seus usos e costumes, formaram um campesinato negro ainda durante a escravidão.

Pires e Bitencourt (2021) destacam que este recorte temporal, compreendido desde o primeiro desembarque de escravizados no Brasil até o pós-abolição, representa período emblemático na história do país, principalmente no que diz respeito às marcas deixadas pelo racismo. Finalmente com a chegada da abolição da escravidão em 1888 e no ano seguinte a Proclamação da República, apesar de todos os seres humanos possuírem condição de igualdade perante a lei, os negros e negras continuaram a enfrentar discriminação e segregação em uma sociedade profundamente marcada pelo racismo. Durante esse período pós-abolição, ideias como o "racismo científico" e a eugenia ganharam destaque. O racismo científico sustentava a noção de superioridade racial europeia, enquanto a eugenia propunha políticas de melhoramento racial. Essas ideologias, juntamente com a "ideologia do branqueamento", que incentivava a imigração europeia para "branquear" a população, foram utilizadas para justificar a exclusão dos negros do mercado de trabalho e o acesso à terra.

Atrelado a isto, Oliveira (2012) nos coloca que, mesmo após a abolição da escravidão, o termo quilombo manteve uma conotação negativa entre a população brasileira. Com o tempo, passou a representar áreas remotas e isoladas onde residiam escravizados negros fugitivos, perpetuando o equívoco de que esses lugares eram centros de desafio à escravidão. No entanto, essa foi apenas uma estratégia empregada pelos escravizados negros para se protegerem contra o regime opressivo.

Ainda em Pires e Bitencourt (2021), apesar dos avanços em termos de direitos políticos com a República, a maioria da população, composta por libertos, ex-escravizados e seus descendentes, assim como mulheres e analfabetos, foi privada do direito de voto. Em relação aos direitos civis, a Lei de Terras de 1850 limitava o acesso à terra apenas por meio da compra, excluindo aqueles que não tinham meios financeiros para adquiri-la.

Melo (2010), salienta que, com a promulgação da Lei de Terras, esta serviu como um instrumento que pretendeu moldar a sociedade brasileira pelo prisma da propriedade privada de terras. Todavia, a noção de terra coletiva, como são pensadas as terras de comunidades quilombolas, desestabiliza o modelo de sociedade baseado na propriedade privada como única forma de acesso e uso da terra. A incorporação no Estado, frente a perspectiva privada da terra exclui vários

outros usos e relações com o território, tal como o dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

A partir da referida lei, é negada a viabilidade de formalização da posse da terra por meio das comunidades negras, essa dinâmica se mostra como um marco do processo de transformação da relação com o território e, por conseguinte, das práticas produtivas de tais comunidades. Pode-se perceber que a dimensão da exclusão do acesso à terra ficou mais nitidamente expressa na Lei de Terras, que basicamente proibia a aquisição das terras a não ser pela via da compra. Esta lei, em seu artigo 1º, determina que: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por título que não seja o da compra”.

Como podemos perceber, a abolição formal da escravidão, oficializada pela Lei Áurea nº 3.353, de 13 de maio de 1888, não representou o fim da segregação e do não acesso aos direitos para negros e negras. Muito embora não houvesse uma legislação segregacionista oficial no país, esta comunidade e, em especial os remanescentes de quilombolas a partir das implementações legais, continuaram a enfrentar discriminação e exclusão social, evidenciando a perpetuação do racismo estrutural na sociedade brasileira. Essas restrições, embora não fossem codificadas em leis segregacionistas, eram aplicadas através de mecanismos legais e constrangimentos sociais. Segundo Leite (2000):

...os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada dos antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra (Leite, 2000, p. 5-6).

Aos escravizados e a seus descendentes que aqui resistiram ao longo dos séculos em que o sistema escravagista vigorava, deles, tudo tiram, trocaram seus nomes, demonizam as suas crenças religiosas, pais, mães e filhos foram apartados. Tentaram de todas as formas, seja por vias institucionais ou pelos acordos sociais, fazer com que o povo de “cor” acreditasse que, para eles, nunca haveria lugar, seja na política, no lazer ou saúde, a eles, historicamente, tudo tem sido negado ou negligenciado. A luta enfrentada pelos negros e, em especial os aquilombados, não era somente pelo espaço físico, mas também, pela reafirmação de suas identidades.

Essa busca por espaço e legitimação de suas crenças, cultura e pelo direito de ser e existir socialmente, reforçou ainda mais o sentido de coletividade entre os seus semelhantes, fazendo eclodir no início do século XX no Brasil, a primeira fase do movimento da “classe dos homens de cor”, sendo este também, momento de ascensão do coletivo Frente Negra Brasileira (FNB). A sua fundação na década de 30, tinha como principal objetivo o combate ao preconceito e a promoção da igualdade racial. Além disso, a FNB foi uma organização que oferecia a comunidade negra, aquilo que o Estado lhes negava. “Mantinha escola, grupo musical, time de futebol, grupo teatral; oferecia assistência jurídica, serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios” (Domingues, 2008). Assim, a Frente Negra Brasileira, se estabeleceu rapidamente, atraindo milhares de membros e chegando a ter 60 filiais em todo país.

As reivindicações por legitimidade e visibilidade perante a lei por parte dos remanescentes de quilombolas ainda perduraram por mais meio século. Foi somente no final de década de 80, mais precisamente com a Constituição Federal de 1988 que o termo quilombo foi incorporado ao documento com o Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), onde infere que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

A partir desta primeira menção legal às comunidades de remanescentes de quilombolas, abriu-se espaço para o questionamento a respeito de quais grupos de fato lhes estavam assegurados este direito de propriedade definitiva das terras ocupadas. Com relação a isto, O’Dwyer (2002) apresenta a importância da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), para uma abordagem do conceito de quilombo de maneira mais abrangente e contextualizada. Em consenso, a ABA reconheceu que a noção de quilombo não pertencia mais apenas a remanescentes históricos ou grupos isolados, mas também abrangia cenários atuais de resistência e identidade entre os descendentes de escravizados africanos, em várias regiões do Brasil.

O termo “quilombo” foi redefinido para abranger não apenas o passado histórico, mas também a realidade contemporânea das comunidades negras em diversas partes do país. Essas comunidades agora são vistas não como meros vestígios arqueológicos ou facções isoladas, mas como entidades coletivas que

defendem atos diários de resistência para proteger suas culturas, estilos de vida e terras.

É neste contexto de mobilizações frente às necessidades e dos direitos das comunidades de remanescentes de quilombolas, que em 1996 se consolida a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que tem como caráter central se constituir como movimento social, com objetivo de “lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo<sup>2</sup>[...]”

A CONAQ, dentro do contexto de mobilização e articulação em busca de melhores condições de vida para estas comunidades, teve papel importante no que se refere à comunicação com a instituição do poder legislativo, estabeleceu amplo diálogo acerca da regularização de territórios quilombolas, definidos pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Participou ativamente na construção do Decreto 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Diz o decreto em seu segundo artigo o seguinte:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, Decreto de Lei Nº 4.487, 2003).

Ainda sobre parte integrante deste mesmo Decreto, reconhece terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos como aquelas utilizadas para garantir a reprodução física, social, econômica e cultural dessas comunidades. Isso significa que não são apenas áreas geográficas, mas territórios fundamentais para a vida e identidade dessas comunidades. Atrelado a isto, também coloca o reconhecimento das comunidades quilombolas baseados na autodefinição, ou seja, as próprias comunidades têm o direito de se identificarem como quilombolas.

---

<sup>2</sup> Na página virtual da CONAQ, através do link de acesso: <https://conaq.org.br/nossa-historia/> pode ser contemplado com maior riqueza de detalhes os seus objetivos assim como a sua história.

Para obter o reconhecimento por meio de vias legais, é preciso realizar esta solicitação junto à Fundação Cultural Palmares - (FCP), que por meio da Portaria nº 98 de 26 de novembro de 2007 no seu 3º parágrafo e nos seguintes incisos tem como exigência a apresentação dos seguintes documentos:

- I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
- II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
- III - Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais (Fundação Cultural Palmares, 2007).

Este processo de regularização confere às comunidades de remanescentes de quilombos a seguridade legal perante os seus territórios. Além disso, a fundação é responsável por desenvolver projetos, programas e políticas públicas, que visam promover o acesso à cidadania para essas comunidades. Isso inclui a garantia ao acesso a serviços básicos, como educação, saúde, entre outros.

Segundo dados oficiais da FCP, existem atualmente cerca de 3009 comunidades de remanescentes de quilombolas certificadas no Brasil. Na região Sul são 202 comunidades e no Município de Piratini, recorte desta pesquisa são encontradas 8, sendo elas: Fazenda da Cachoeira; Raulino Lessa; Nicanor da Luz; Rincão do Quilombo; Faxina; Rincão do Couro; São Manoel e Brasa Moura. Sendo esta última que iremos abordar na seção a seguir.

#### 4.1. Constituição da comunidade Brasa Moura ao seu reconhecimento Legal

Esta seção encontra-se organizada de modo que o leitor possa ter primeiramente uma breve ideia dos entraves encontrados para o desenvolvimento desta pesquisa. Além disso, também buscamos discorrer sobre quais foram as primeiras impressões obtidas com a atividade de pré-campo, para assim darmos início aos resultados preliminares da pesquisa, apresentando um breve relato de como se constituiu a Comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, a partir das considerações de duas integrantes da comunidade.

#### **4.1.1. Recalculando Rota: a busca pelo recorte de estudo e o primeiro contato com a representante da comunidade Brasa Moura**

Como já explicitado em minha trajetória acadêmica, o primeiro grande desafio desta pesquisa diz respeito ao meu remodelamento enquanto pesquisadora. Desta vez, o caminho foi ainda mais solitário, pois já não havia inserção em grupo de estudo, proximidade ou qualquer tipo de vínculo com sujeitos integrantes de comunidades quilombolas ou ligados a qualquer núcleo relacionado à temática desta pesquisa.

No início desta pesquisa, um dos objetivos era realizar o estudo em uma comunidade quilombola de Pelotas. Com o passar do tempo, esse se tornou o segundo entrave: como conseguir ser inserida nesses espaços sem ser apresentada por alguém? Muito embora a instituição à qual essa proposta está vinculada estivesse a meu favor. No entanto, ter acesso não basta; alguém precisa querer nos atender. Uma relação de troca e confiança precisa ser estabelecida, e para que isso fosse possível, até as condições climáticas precisavam favorecer. Em Pelotas, isso não foi possível.

Com a permanência das ausências da área para o recorte de estudo, as tentativas em outros municípios surgiram como alternativa. A primeira delas ocorreu com a tentativa de compartilhar as experiências de campo com mais uma colega em Canguçu-RS. Também não tivemos um retorno positivo. Por fim, se podemos acreditar no acaso no que diz respeito a iniciativas para fazer pesquisa, em uma conversa informal com uma amiga, relatei a minha angústia causada pela dificuldade em me inserir nesses ambientes, sem conhecer absolutamente ninguém. Foi neste momento que, por meio da indicação do filho dela, um ex-aluno de uma escola estadual (que tem um número significativo de alunos residentes de comunidades quilombolas e de assentamentos do MST) em Piratini, entre seus contatos, foi sugerido o nome de Eva Lopes, atual presidente da comunidade Brasa Moura. Vale destacar que, ao fazer menção a esta indicação, não faltaram adjetivos positivos à figura da Eva.

O primeiro contato com a Presidente do Quilombo ocorreu no dia 13 de outubro de 2023, de forma bem informal, por meio de uma mensagem de texto, via aplicativo de mensagens. Me apresentei, disse quem intermediou o nosso contato e prontamente falei de forma breve sobre os objetivos da pesquisa, perguntando se

ela teria espaço na agenda para me receber pessoalmente. O retorno foi praticamente instantâneo e naquele momento pude perceber que o feedback cheio de positividade a respeito da Eva era verdadeiro. Em nenhum momento ela se mostrou indiferente ao que estava sendo apresentado, mas, no entanto, e com toda razão, devido à sua trajetória de vida, que será relatada brevemente na próxima seção, havia uma certa insegurança em abrir as portas de sua casa para uma completa desconhecida.

Mesmo assim, sem o contato face a face, ela me forneceu algumas informações iniciais sobre a sua comunidade, fez um breve relato a próprio punho expondo como esta comunidade se constituiu ao longo dos anos. Além disso, por conta da logística de deslocamento entre os municípios de Piratini-Pelotas, ela intermediou a apresentação formal da proposta para outra integrante da comunidade que estuda em Pelotas.

Este encontro presencial com Tatiana Lopes ocorreu no dia 23 de outubro de 2023, nas dependências da UFPel. Nele, ainda estavam presentes minha professora e orientadora Profa. Dra. Rosangela Lurdes Spironello, e eu, sendo a responsável por fazer a primeira explanação a respeito da proposta. Considero esse primeiro contato como um divisor de águas para a continuidade desta proposta, pois foi nesse encontro que desempenhei outro papel além da pesquisa: o de grande defensora da proposta pelo viés da Geografia. A partir das minhas considerações e posicionamentos a respeito da intenção em construir uma relação de parceria e troca, por intermédio dos materiais que buscamos construir ao longo dessa proposta, foi possível ter o aceite para dar prosseguimento.

Deste primeiro encontro, surgiram outras oportunidades para aproximação com os membros da comunidade. O primeiro deles, um convite para apresentar um recorte desta pesquisa em um evento literário em Piratini, em comemoração ao Dia da Consciência Negra, organizado pela Eva e Tatiana, em parceria com o movimento negro e a prefeitura do município. Nele, estiveram presentes, representantes de outras comunidades quilombolas da região, participação de escolas e de autoridades públicas. Além disso, este encontro possibilitou perceber em primeiro momento, como os membros da comunidade são atuantes perante a defesa e reivindicação dos seus direitos.

## 4.2. Atividade de Pré-Campo

O segundo encontro com membros da comunidade ocorreu com a atividade do pré-campo. Nesta imersão, tivemos como objetivo conhecer um pouco mais da história da comunidade, quais os locais simbólicos que marcam a memória dos remanescentes. Nesta ocasião, foi percorrida toda a área que atualmente não faz parte do reconhecimento da área legal do quilombo, mas que, no entanto, faz parte integral das memórias espaciais dos membros da comunidade. Passamos por pontos estratégicos que contam a história desta comunidade, tenha sido a ponte de madeira (Passo do Coutinho), apresentada na figura 3, local que indica e serve como uma delimitação de onde teria sido o início da comunidade.

Figura 3: Ponte do Passo do Coutinho, Piratini-RS.



Fonte: Acervo pessoal da autora, (2023).

Segundo ponto foi a visita ao cemitério, (figura 4), local onde foi de profunda comoção por parte da Tatiana (uma das responsáveis por nos guiar durante todo o percurso). Lá ela fez um breve relato dos membros da sua família que perderam a vida por consequência do conflito ao direito à propriedade.

Figura 4: Imagem da entrada do cemitério.



Fonte: acervo pessoal da autora, (2023).

Este segundo ponto de parada ao longo do percurso da atividade do pré-campo, representou uma ocasião de consternação perante a visita aos túmulos de alguns familiares da Tatiana. Ao nos guiar até esse local simbólico, ficou evidente as suas motivações para manter viva a memória e o legado da sua família. Percebemos que muito do seu envolvimento com as causas envolvidas as reivindicações por seus direitos enquanto quilombola, também deriva de sua necessidade de honrar os seus ancestrais, já que, alguns dos mesmos não tiveram as mesmas oportunidades que hoje os seus membros já conquistaram.

Ao sair deste ponto, partimos para a sede da Comunidade Brasa Moura (figura 5), para o nosso encontro com a presidente desta associação, Eva Lopes. Nesta ocasião, foi reforçada mais uma vez a gratidão pelo empenho em nos receber e para esclarecer quaisquer tipos de dúvida com relação aos objetivos da pesquisa em andamento.

Figura 5: Fachada de entrada para a comunidade Brasa Moura.



Fonte: acervo pessoal da autora, (2023).

Dentro da área, que atualmente tem o reconhecimento oficial da FCP, Eva e Tatiana nos guiaram para alguns pontos de memória afetiva neste espaço. O primeiro deles foi o lajeado ou mirante de pedras (figura 6), como tradicionalmente é chamado pelos membros da comunidade. Este local representa um ponto importante para a comunidade. É tido como um ponto de visitação efetiva para a comunidade externa, pois dele   possível ter uma visão panorâmica da paisagem da Serra das Asprezas.

Figura 6: Mirante de Pedras.



Fonte: acervo pessoal da autora, (2023).

Além disso, esse local representa para os integrantes da comunidade um espaço onde se pode buscar ocasiões mais reservadas, seja simplesmente para apreciar a paisagem, ter uma conversa com amigos ou até mesmo para ir sozinho em busca de momentos de autorreflexão. Também foi neste local, em conversa com a Tatiana e Eva, que pudemos ter uma primeira noção de como algumas moradias de seus familiares se espacializavam dentro deste território.

Além disso, ao apresentarmos a fotografia das duas neste local, procuramos fazer alusão a diversidade étnica existente entre os membros da comunidade. Sendo este aspecto apontado como uma fragilidade durante a sua busca por orientação, para a obtenção da titulação, inclusive em ambientes acadêmicos, devido à sua diversidade. Buscaremos apresentar maior elucidação a respeito, na seção onde apresentaremos um breve relato sobre a caracterização desta comunidade.

Dando sequência aos pontos considerados importantes por nossas anfitriãs, destacamos dentro do espaço, o simbolismo sentimental materializado na casa da memória (figura 7), onde ela busca representar para os visitantes da comunidade as marcas do passado, ao mostrar como eram as habitações dos seus ancestrais.

Figura 7: Casa da memória.



Fonte: acervo pessoal da autora, (2023).

A materialidade deste tipo de habitação ainda presente neste espaço, se justifica como umas das atividades pedagógicas desenvolvidas com visitantes, por isso, intencionamos apresentar como era efetuada a estrutura das casas das gerações que antecederam a da matriarca Nair. Eram feitas de cortes de madeiras (irregulares) e os espaços entre uma madeira e outra, eram preenchidos com uma mistura de barro e capim. Para além disso, a existência desta casa neste ponto específico da comunidade, não busca simplesmente apresentar esse tipo de moradia, mas também, serve como um ato simbólico que intenciona manter viva a lembrança de um familiar que morava neste espaço.

O último ponto que gostaríamos de apresentar, diz respeito a importância da preservação do forno de pedra (figura 8). Estima-se que este seja mantido na comunidade por mais de meio século. Ele foi feito artesanalmente pela Nair, como forma de presentear uma de suas filhas no dia do seu casamento.

Figura 8: Forno artesanal.



Fonte: acervo pessoal da autora, (2023).

Ao buscar apresentar o relato das experiências vividas, almejamos reafirmar a importância de se estabelecer uma relação de confiança mútua entre o pesquisador e os demais envolvidos, pois será a partir desta que, buscaremos a compreensão das nuances de subjetividade dos indivíduos envolvidos na pesquisa que se inspira nos princípios da fenomenologia.

Estes encontros, foram um dos elementos essenciais para compreender as complexidades das experiências e perspectivas dos participantes. Essas

interações foram significativas não apenas para produzirem dados valiosos para o estudo, mas também, para buscar promover laços com os membros da comunidade, reconhecendo suas dificuldades, narrativas e obstáculos. Essa visão pessoal não apenas aprimora a pesquisa em si, mas também promove uma abordagem mais abrangente para examinar questões relacionadas às comunidades quilombolas.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1. Breve caracterização da comunidade Quilombola Brasa Moura

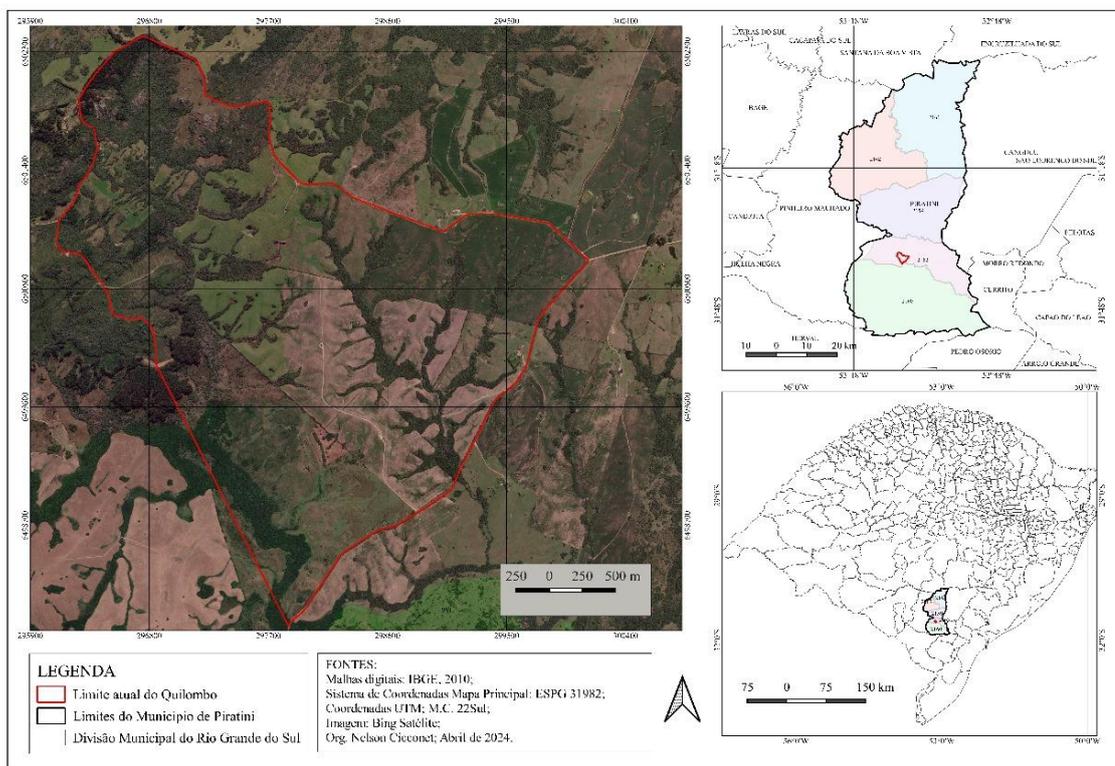
Esta breve caracterização da comunidade Brasa Moura, deriva das conversas realizadas a partir da atividade do pré-campo, realizado no dia 29 de novembro de 2023. É importante salientar que, a partir das pesquisas realizadas, ainda não houve identificação de referenciais teóricos, que já tenham proposto a realização de um trabalho mais robusto acerca da história de resistência dessas comunidades na região, o que encontramos até o presente momento, são pesquisas isoladas a respeito de algumas comunidades. Portanto, para remontar estes fatos, a ida à campo com intuito de realizar as entrevistas com os demais membros da comunidade, foi fator determinante para que conseguíssemos apresentar este mosaico de memórias a respeito do recorte da pesquisa. Sendo assim, apresentamos nesta seção alguns fragmentos transcritos em sua íntegra para melhor compreendermos como se deu este processo.

Piratini encontra-se localizada a cerca de 350 km de Porto Alegre. O seu território está dividido em 5 subdistritos totalizando uma área de 3.538,300 km<sup>2</sup>. Segundo dados do censo do IBGE (2022), sua população é de 17.504 habitantes e de densidade demográfica de 4,95 hab/km<sup>2</sup>. A comunidade Brasa Moura, está localizada no 5º subdistrito, a uma distância de 22 km da sede da cidade e a 90,7 km de Pelotas, conforme apresentado na figura 9.

O município está situado na Serra do Sudeste; limita-se ao Norte com os municípios Santana de Boa Vista e Encruzilhada do Sul; ao Sul, com os municípios de Herval e Pedro Osório; a Oeste, com Pinheiro Machado. Sua topografia se apresenta de forma irregular, possuindo inúmeras elevações, como o Cerro Ubaldo, Cerro Galdino, e algumas Serras, como a das Asperezas, Serra dos Garcias e Serra das Mercedes. Essa área é cortada por dois rios: o Camaquã e o Piratini, e por um considerável número de arroios.

Não há necessidade de passar por dentro do perímetro urbano para chegar até a comunidade Brasa Moura. O acesso pode acontecer pela BR 293 em direção ao acesso da estrada da Rubira. A Partir desse ponto, são aproximadamente 11,5 km percorridos em estrada (estreita) de terra, na Serra das Asperezas, até chegar à comunidade.

Figura 9: Localização da Comunidade Brasa Moura - Piratini - RS.



Fonte: Nelson Cicconet, (2023).

### 5.1.1. A matriarca Nair Madeira Lopes e seu legado

As primeiras memórias suscitadas a respeito da constituição desta comunidade, são apresentadas pelas netas da matriarca Nicanor Madeira, Eva e Tatiana. Elas remontam fatos históricos que marcaram a história do Rio Grande do Sul e principalmente, no que confere ao título concedido a Piratini, como primeira capital farroupilha do país.

Ao apresentar esta breve digressão, temos o aporte em Zalla e Menegat (2011) a fim de elucidar o referido contexto. Esses autores trazem à luz os fatos que levaram à eclosão desse conflito separatista na região Sul, que teve duração de uma década (1835 a 1845). Apontam que esse movimento foi liderado principalmente por fazendeiros e comerciantes locais. A implementação de políticas centralizadoras teve implicações negativas nas preocupações econômicas e políticas desses líderes, intensificando a crescente insatisfação.

A economia gaúcha, era centrada na pecuária e na produção do charque, e neste momento estava sobrecarregada por impostos e restrições comerciais impostas pelo governo central. Essas medidas afetavam diretamente esses setores-chave, ampliando o mal-estar entre a população local. As influências externas também desempenharam um papel fundamental. Ideologias liberais e republicanas permearam a América Latina, ao lado do exemplo das Províncias Unidas do Rio de Prata, que serviram de inspiração para os líderes farroupilhas em sua busca pelo autogoverno.

A resistência contra a escravidão, defendida por figuras notáveis como Bento Gonçalves, constituiu um fator adicional significativo que impulsionou a rebelião. Neste contexto, são forjadas as figuras emblemáticas dos “ximangos” e “maragatos”, as quais foram adotadas para simbolizar as duas principais facções conflitantes. Os Ximangos, alinhados com os fazendeiros e a elite rural, endossaram a administração federal e defenderam a centralização da autoridade, sendo considerados conservadores. Por outro lado, os Maragatos, compostos por camponeses, trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras, se opuseram ao governo federal, buscando maior autonomia provincial e ganhando a reputação de progressistas.

Este fato histórico se apresenta apenas como um marco inicial das memórias de suas descendentes, pois, antes mesmo da Revolução Farroupilha eclodir, Dona Nair, já simbolizava a 3ª geração residindo neste local. A partir disso, apresentamos esse marco temporal, apresentado com a figura 10, acompanhado da transcrição na íntegra desse simbolismo, realizado pela Tatiana e Eva:

**Tatiana:** Eu te mostrei ali um atalho, que é onde botaram ela pra fora da fazenda que o meu vô faleceu, e ela pegou os filhos, e colocou numa carroça né. E trouxe a minha mãe enrolada no lençol e os outros filhos tudo(...) foi aonde ela chegou né, no campo aqui, e perguntou pro pai dela, que tinha colocado ela pra rua, pra fora da fazenda e ela não tinha onde morar, aí onde nosso tataravô, o pai dela, Luiz né, Luís madeira disse: Nair não vou te deixar na rua com teus filhos, tapa um pedaço de campo para ti criar teus filhos. Ela tapou<sup>3</sup> esse local aqui. Eva (acrescenta) poderia ter tapado mais.

---

<sup>3</sup> Delimitar os limites geográficos da área do local onde atualmente é definida como a área legal da comunidade de remanescentes de quilombolas, Brasa Moura.

Figura 10: Pintura que retrata Dona Nair recebendo um oficial da Revolução Farroupilha na comunidade Brasa Moura.



Fonte: Acervo pessoal de Tatiana Lopes (2024).

As netas de Dona Nair, seguem com o relato sobre esse momento histórico.

**Tatiana:** Poderia ter tapado mais, mas era uma pessoa, uma mulher sozinha com 9 filhos né, Evinha? Então ela tapou esses pedaços, com menos de 3 hectares, ela tapou com Rama, e até hoje a gente teve uma função porque ali eles taparam com arame, e tem ainda um fio de arame farpado. Ela tapou com um fio em cima e embaixo, e ela amarrava nas árvores, e colocava cerquinha assim sabe, cortava ramo de árvore para os bichos de lá, de lá não entrar para cá. Aí ela tapou esses 3 hectares, então aqui era o rancho que ela construiu, né, Evinha? Que fizeram aqui, antes era ali embaixo, aqui tá a minha tataravó e aqui está a vó, aqui estão os irmãos né! É uma ilustração né, que a gente fez.

Ela contava essa história, que o Zeca Netto, ele estava numa Batalha aqui ó, que é na divisa de Pinheiro Machado e Piratini, era a batalha dos porongos né, esta luta para Pinheiro Machado não tomar posse das terras Piratini. Eles queriam pegar mais um pouco de terras, o nosso município é um dos maiores da volta aqui, e aí, Zeca Neto, chega em disparada, e diz que, estavam comendo bergamota., ela disse, que ela sempre contava essa história. Chega aquele cara de cavalo branco com uma lança na mão e pede: me passa a bergamota, me passa a bergamota era um soldado né, aí ela passou a bergamota e perguntou pra ele: Zeca Neto, tem muitos mortos? e ele disse que: tem mais mortos que pedra no seu terreiro!

**Eva:** ela sempre falava, colarinho vermelho, hoje a gente chama por lenço, os maragatos e esses outros né, os ximangos.

**Tatiana:** Ximangos era lenço branco e Maragatos era lenço vermelho, quando se identificava a cor do lenço é que sabia qual era do bem, qual era do mau.

(Relato de conversa realizada durante a atividade de Pré-campo, no dia 29 de novembro de 2023.)

Ao fazer a análise dos fragmentos apresentados, chamamos atenção para dois detalhes cruciais desta tentativa de reconstituição de memórias, o primeiro deles, se refere à chegada da dona Nair no atual território. Podemos deduzir que ela já se encontrava em idade adulta, pois já era mãe de 9 filhos. Além disso, é possível perceber, por intermédio da leitura da carta da Eva, disposta nas figuras 9 e 10, que antes mesmo da sua instalação neste local, ela já residia com demais familiares nas proximidades. O segundo fato que chamamos atenção neste relato, diz respeito ao recorte temporal. As falas remontam o final do século XIX, quando é apresentada a história da tela, indicando que antes mesmo da Revolução Farroupilha acontecer, os descendentes da família Madeira, já ali habitavam.

Deste modo, apresentamos um trecho de carta, (com a sua respectiva transcrição) figuras 11 e 12, escrita por Eva Lopes, relatando suas lembranças a respeito das origens e parentescos da sua família. No fragmento apresentado será possível vislumbrar a origem de seus antepassados escravizados e ter o conhecimento do sobrenome que lhes foram dados.

A relação da família Lucas com os membros da comunidade perdurou por algumas gerações. Essa relação foi marcada por contradições, visto que, ao mesmo tempo que essa família foi uma das principais responsáveis pela instalação da avó da dona Nair nesse território, cedendo um espaço para que sua família pudesse se estabelecer, a escolha desse local ocorreu de maneira estratégica, pois não poderia ser em uma região onde os mesmos pudessem conseguir dar início ao processo de auto suficiência, por meio do cultivo de alimentos que ocasionassem excedentes para venda, estando assim, verdadeiramente livres das relações de subserviência estabelecidas com os donos de grandes propriedades.

Figura 11: Carta a respeito da origem e ancestralidade da comunidade Brasa Moura.

Eu sou a Eva Lopes Teixeira de Avila  
 Neta de Nair Madeira Lopes.  
 Estou escrevendo o que minha vó  
 me contou de sua história de vida  
 vivida no local onde hoje é a  
 comunidade quilombola Brasa Moura.  
 Ela contou-me que sua vó descendente  
 de escravos deste local.  
 local esse onde tinha como propriedade  
 de avós ou bisavós de Vicente Lucas de  
 Oliveira localizada na Serra dos Apereços  
 Sendo que logo após a abolição  
 dos escravos, sua bisavó permaneceu  
 no local sendo adotada pela família  
 do fazendeiro e deve seu sobrenome  
 do mesmo do mesmo.  
 Desta descendente de escravo sua mãe  
 Dona Candida Luiza Maranhães seu pai  
 Luiz da Conceição Madeira dos Caracim  
 e viveram neste local até o fim de seus  
 dias deixaram seus filhos Nair Madeira  
 e mais cinco irmãos.  
 Sendo que só a vó Nair que  
 permaneceu no local, seus irmãos foram  
 morar outros locais.  
 Minha vó Nair casou com o Senha  
 Perry da Silva Lopes, homem metido de  
 pele branca onde teve outros filhos  
 logo em seguida ficou viúva com  
 filhos pequenos, onde veio passar  
 dificuldades

Figura 12: Carta a respeito da origem da ancestralidade e origens da comunidade.

Continua

Logo as dificuldades tempo que  
 sair buca trabalho e caride entre  
 as fazendas mas pra isso deixava  
 no local seus filhos dentro do rancho  
 feito de capim e barro.  
 mas conseguiu criar todos  
 as mulheres casaram e tambem  
 ficaram no local.  
 tiveram muitos filhos e netos  
 estes hoje sao membros dos  
 comunidades tendo por etnia pretos  
 pardos e brancos.  
 Hoje a comunidade e formada por  
 24 fam. familias sendo que registada na  
 ata 18.  
 Logo apos a vinda de moira vó Nair  
 tivemos que tomar decisao como o  
 espaço onde ela morava era pequeno  
 apenas tres equitativa.  
 Nos reunimos entao e ali foi  
 constituida uma comunidade que  
 depois de varias reunioes em familias e  
 burgos locais assim foi criado o  
 quilombo por sua historia e cultura.

Fonte: Eva Lopes, (2023).  
 Organização: autora, (2024).

Apresentamos na transcrição a seguir, sobre qual a percepção das duas primeiras entrevistadas desta pesquisa, em relação às observações das mesmas, a respeito da influência da família Lucas, nesta comunidade.

### **Transcrição:**

**Rebeca:** Eva, e se eu te perguntasse o que essa família Lucas representa na vida de vocês hoje em dia, tu me dirias o quê?

**Eva responde:** eu posso dizer assim ó, que representa para nós a resistência de um povo negro que foi criado, nascido aqui né, porque também se não fosse família Lucas, nós também não pertencíamos a esse espaço aqui, poderia pertencer a um outro espaço, um outro local, mas de outra forma iria fazer parte da nossa família porque, depois da abolição a nossa bisavó também foi adotada por essa família, então.

**Tatiana complementa:** ao mesmo tempo que eles tiraram, eles doaram, eles tiveram aquele senso.

**Eva complementa:** poderia ser o pedaço mais ruim aqui no meio das pedras.

**Tatiana volta a argumentar:** foi o que eu vinha falando no carro, ao mesmo tempo eles não colocaram na estrada que nem outros fazendeiros colocaram a minha avó, eles deram um espaço ainda para sobrevivência, entendeu? Mesmo sendo um local, um local que não é produtivo, se eles dessem produtivo a nossa família ela ia poder sobreviver, porque eles iriam plantar e ter de onde tirar, mas ao mesmo tempo eles queiram a mão de obra deles.

(Relato de conversa realizada durante a atividade de Pré campo, no dia 29 de novembro de 2023).

Assim como os pais de dona Nair cresceram e viveram por toda sua vida nesse local, a história da matriarca dessa comunidade não foi diferente. Os seus 93 anos de vida se passaram ali, na companhia de seus filhos e netos. No entanto, essa história de vida e resistência não foi fácil. Dona Nair, ficou conhecida entre os seus, por seu amplo conhecimento em ervas medicinais, plantas alimentícias não convencionais (PANC's), benzeduras, além de suas habilidades como parteira.

Com base no conhecimento transmitido pelas gerações anteriores, a família enfrentou com sucesso os desafios da escassez de alimentos vivenciados diariamente. A prática de cultivar PANCs se manifesta como um componente desse legado de tradição ancestral, que são preservados e mantidos pela comunidade até os dias atuais. Seu consumo, além de garantir que as necessidades nutricionais fossem e sejam atendidas, também serve como um lembrete comovente de épocas marcadas pela escassez de recursos persistentes.

As dificuldades de permanência no quilombo iam além da privação de recursos. Até o ano de 2022 a comunidade ainda não tinha tido acesso a serviços básicos como energia elétrica, reservatório de água potável ou serviço de transporte público (com relação ao último, ainda não tem). No entanto, essas privações não se apresentaram como algo tão ameaçador quanto às pressões e coerções externas para que a área fosse desapropriada por completo.

Por hora, apresentamos a transcrição onde podemos ter uma primeira noção a respeito de ações de má fé, sofridas por um dos membros da comunidade com o objetivo de compra de parte do seu território.

### Transcrição

**Eva:** a Vovó contava que pra família dela, pra família dela, foi doado na época 70 hectares. Então esses 70 hectares a gente não sabia até onde ia.

**Tatiana:** Na real Evinha, esses 70 hectares, parte lá do Gessí, essa parte toda aqui ó.

**Eva:** ou de Serro, não se sabe para que lado é. Só sabia que ia até aqui em cima.

**Tatiana:** Foi vendida agora a pouco tempo, meu tio, esse que faleceu, que ele morava ali, embaixo daquela casa que tu tá vendo, que tem as ruínas ainda. Ele vendeu, ele vendeu esses 70 hectares por sete mil.

**Eva:** Ele vendeu com a gente morando dentro, o módulo nunca foi separado.

**Rebeca:** E para quem ele vendeu essas terras?

**Tatiana:** vendeu para os Amaral, porque ele estava muito doente, aí acho que ele nem atinava em mais nada e a mulher resolveu vender e ofereceram sete mil, e pegou sete mil para fazer um exame.

**Eva:** agora a família Amaral escutando tudo isso aí de movimento quilombola, ela se livrou das terras, ela se livrou das terras, as terras não pertencem mais a ela, ela vendeu para outros, ela caiu fora.

**Tatiana:** mas sem papel, sem papel. Então por isso que a gente está com processo no INCRA, entendeu? continua sem papel, porque não tem como tirar o papel. Inclusive os papéis dessas terras aqui, o cartório onde tá os documentos dessa terra, é no cartório de Candiota, né, Evinha? Todo mundo sabe o nome da pessoa que ficou com os papéis dessa terra.

Infelizmente, a grande matriarca da família não viveu o suficiente para presenciar a sua história e comunidade sendo oficialmente reconhecidas. Muito embora nos relatos apresentados, indiquem possíveis evidências que a

comunidade já exista há mais de séculos neste mesmo local, a outorga do seu território só foi concedida no ano de 2017, após uma segunda solicitação realizada de maneira completamente independente por uma de suas netas.

O caminho trilhado até a obtenção da certificação concedida pela Fundação Palmares foi marcado por muitas adversidades e questionamentos externos a respeito da legitimidade do requerimento. Pois como já apresentado, a comunidade em questão foi se constituindo com o passar dos anos por meio de matrimônios interétnicos, resultando na sua miscigenação, e trazendo à tona pautas raciais.

A busca da comunidade por sua legitimação e reconhecimento, não provocou esses questionamentos a respeito da predominância do fenótipo da cor da pele somente entre as pessoas leigas, mas também, foi questão de desconforto dentro de ambientes formais que já trabalham com a temática. Como podemos perceber no fragmento a seguir:

**Rebeca:** Então essa professora não queria que vocês se reconhecessem como quilombola?

**Eva responde:** porque a maioria branco assim, com pele clara como a Tati.

**Eva:** vocês são tudo branco, não são negros, jogava pra nós, várias vezes na cara. E quando tinha reunião, então vai tu, que é mais escurinha, os outros tu não convidas, por exemplo a Tati que tinha que levar comigo, ou alguém que tivesse disponível, não, vai só tu, que tu representa mais.

**Eva:** Aí eu ficava pensando aquela coisa assim né... Isso sempre acontece, isso sempre vai acontecer, não adianta.

Ao apresentarmos essa questão, gostaríamos de chamar atenção não apenas sobre dois pontos complexos apresentados na fala da Eva, mas também, o de evidenciar que, as lutas dessa geração não se resumem apenas em busca da sua autossuficiência, mas também, está presente na tentativa de legitimar e honrar os seus descendentes, independe da diversidade étnica que está presente no seu território. Frente a isso, o primeiro grande desafio a ser enfrentado perante a busca do reconhecimento legal da comunidade, diz respeito à dificuldade encontrada dentro das organizações e instituições que lutam por equidade racial.

Quando são apresentadas as falas sobre como o colorismo exerce influência sobre a percepção de pessoas externas à comunidade, ao ser indicada a presença de pessoas de pele clara pertencentes a composição familiar, levanta-se a questão de quem pode ser considerado legitimamente negro dentro do grupo

por meio de padrões que consideram ser de maior relevância a tonalidade da pele. Sendo assim, desvela-se a outra face da problemática apresentada, quando esse primeiro fator é extremamente valorizado, ocorre de imediato a negligência da história ancestral dessa comunidade. Refletindo a falta de valorização da história das lutas dos seus antepassados, que contribuíram para a formação dessa comunidade.

Tais empecilhos não foram suficientes para que o grupo viesse a negar a sua própria história. Foi constituída uma associação da comunidade, tendo as suas reuniões registradas em ata. Atualmente, é formada por 24 famílias, sendo que apenas 18 se autodeclararam como quilombolas.

Apesar do histórico dos membros da comunidade ser marcado pelo enfrentamento a inúmeras dificuldades, não foi nesse lugar de sofrimento que eles permaneceram. A busca por novos horizontes se concretiza na busca por melhorias dentro do seu território. Após o reconhecimento oficializado pela Fundação Palmares, eles podem desenvolver projetos e pleitear verbas que dão condições de melhoria dentro desse espaço. A seguir, apresentamos a lista de projetos desenvolvidos pela comunidade:

Participação em projetos da Comunidade Brasa Moura:

- Projeto saúde para comunidades quilombolas e indígenas;
- Construção da Sede e de Posto de saúde para atendimento das comunidades quilombolas e assentados do MST do entorno;
- Projeto Pedagógico: recebe visitas das escolas da região com o objetivo de apresentar a comunidade e suas iniciativas para preservação da biodiversidade;
- Participação no movimento negro da Cidade;
- Projeto Turismo: visa a construção de cabanas dentro da comunidade com objetivo de oferecer hospedagem aos visitantes, como uma estratégia para angariar recursos financeiros para a comunidade e assim promover mais melhorias;
- Projeto do Relógio do Corpo Humano: tem por finalidade apresentar o uso de ervas medicinais;

Além da participação atuante nesses projetos, Eva e Tatiana, são formadas em Educação do Campo. Tatiana, atualmente também é acadêmica do curso de

Odontologia da UFPel. Eva faz participações em eventos, apresentando o seu trabalho como escritora, onde busca apresentar as suas memórias relacionadas à sua ancestralidade. Além disso, a comunidade também tem o orgulho de ter o primeiro enfermeiro, formado na UFPel e agora, mestrando na mesma instituição.

## 5.2. Da linguagem cartográfica aos mapas mentais

Richter (2017) discute a importância de articular a linguagem cartográfica aos conteúdos de Geografia na atualidade, alertando que, embora existam inúmeras ferramentas modernas para visualizar o espaço, a padronização de seus usos pode levar à falsa ideia de que não há mais nada a ser cartografado. Essa visão limitada tende a reduzir os mapas a meros produtos técnicos, afastando-os das vivências, percepções e subjetividades das pessoas.

Para superar essa perspectiva, é fundamental reconhecer a cartografia como uma linguagem que expressa não apenas dados objetivos, mas também as múltiplas formas de ver e sentir o espaço. Nesse contexto, ganham destaque os mapas mentais, instrumentos que permitem aos indivíduos representarem suas experiências, memórias, valores culturais e relações afetivas com o território. Esses mapas não se restringem às convenções técnicas, mas revelam como cada sujeito percebe, organiza e atribui significado ao espaço que habita.

Ainda fazendo referência ao autor supracitado, se ressalta que a busca por conhecimento padronizado tem consequências diretas para as práticas pedagógicas, pois tende a restringir a apresentação de apenas algumas formas de representação cartográfica aos estudantes. Isso contribui para a construção de uma percepção equivocada de que os produtos cartográficos são apenas objetos técnicos e neutros do mundo contemporâneo.

Para aprofundar essa discussão, o autor estrutura seu pensamento sob duas perspectivas complementares. A primeira analisa os processos históricos de construção dos mapas, destacando como esses processos influenciam as formas de produção cartográfica atuais. A segunda aborda reflexões e orientações sobre a Geografia Escolar, enfatizando metodologias para o ensino do mapa. Nesse sentido, ele demonstra que, apesar das diferenças formais, diversas formas de representação do espaço compartilham origens comuns e, muitas vezes, a tendência é recorrer automaticamente a critérios técnicos e normas científicas para

qualificar os produtos cartográficos. Isso revela um hábito consolidado de enquadrar tais produtos em padrões rígidos estabelecidos pela norma técnica.

Diante disso, Richter (2017), defende a importância de aproximar as práticas cotidianas dos estudos de Geografia e Cartografia Escolar, incentivando a diversidade de propostas e tipos de mapas. O objetivo é permitir que os alunos leiam, analisem e construam representações cartográficas a partir de uma leitura mais ampla, crítica e sensível da realidade. Para que o trabalho pedagógico com a linguagem cartográfica seja qualificado e capaz de representar espaços sociais, históricos, culturais e políticos, é necessário legitimar alguns princípios fundamentais, como: reconhecer a cartografia como linguagem; compreender que o mapa possui relevância além do espaço escolar; integrar alfabetização e letramento cartográfico ao ensino de Geografia; articular o uso do mapa aos próprios conteúdos geográficos; e valorizar o papel do mapa no desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico.

O pensamento espacial, conforme Richter (2017), está associado à capacidade de compreender a localização e a disposição dos lugares no espaço, enquanto o raciocínio geográfico relaciona-se à compreensão de como os lugares são formados, transformados e interligados em suas dinâmicas sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, o autor enfatiza a importância da liberdade criativa na elaboração e interpretação dos mapas, pois é essa liberdade que possibilita aos sujeitos expressarem as suas distintas formas de habitar e compreender o mundo.

Sob essa perspectiva, os mapas mentais assumem papel central como ferramenta metodológica no ensino de Geografia, pois, eles permitem que indivíduos expressem suas percepções subjetivas do espaço, organizando e comunicando conhecimentos a partir de suas próprias vivências e referências culturais.

Nesse ponto, se destaca o potencial dos mapas mentais produzidos pelos membros da comunidade quilombola Brasa Moura. Para essa comunidade, a produção de mapas mentais poderia se constituir não apenas como exercício pedagógico, mas também como instrumento de valorização cultural e afirmação identitária. Por meio desses mapas, seria possível registrar saberes ancestrais, percursos históricos, territórios de pertencimento, lugares de memória e elementos simbólicos que possuem profundo significado para a coletividade.

Além de fortalecer o letramento cartográfico, os mapas mentais na comunidade Brasa Moura puderam revelar modos próprios de ver, sentir e habitar o território, fugindo aos padrões tradicionais da cartografia técnica. Eles se tornaram documentos vivos, capazes de expressar não apenas a dimensão espacial, mas também as dimensões culturais, políticas e afetivas do território quilombola.

Assim, ao articular a produção dos mapas mentais às práticas educativas, tanto na escola quanto na comunidade, cria-se uma ponte entre o saber científico e o saber tradicional. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento do pensamento espacial crítico, para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento das identidades culturais. Dessa forma, a linguagem cartográfica, especialmente por meio dos mapas mentais, revela-se como ferramenta essencial de resistência e pertencimento.

### 5.3. Mapas mentais dos remanescentes de quilombolas Brasa Moura a sua contribuição de aprendizagem nos ambientes formais e não formais

Do mais leigo ao mais profundo intelectual, deve acreditar na enorme potência que é a educação. Não deveria ser considerado clichê dizer que ela desempenha um papel extremamente importante para a construção de uma base social mais igualitária, justa e sobretudo plural, tendo em vista a enorme diversidade cultural que nos cerca.

No contexto do Brasil, documentos norteadores como a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) e a criação das leis nº10.639/2003 e nº 11.645/2008 surgem como alternativa para tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares. Esta iniciativa representa um grande marco na tentativa de enfrentar as desigualdades étnico-raciais, que são históricas no nosso país.

Essas legislações surgiram como respostas às demandas de movimentos sociais, principalmente os movimentos negro e indígena, que por décadas lutaram pela inclusão dessas temáticas nos ambientes escolares. Elas buscam não apenas corrigir uma lacuna curricular, mas também promover uma educação antirracista que valorize a diversidade e contribua para a formação cidadã.

No entanto, a implementação tardia dessas leis levanta questionamentos sobre o longo período de omissão institucional na promoção de uma educação inclusiva e diversa. Mesmo com a riqueza cultural que caracteriza o Brasil e a presença significativa de populações negras e indígenas em nosso território, somente no início do século XXI essas questões foram incorporadas de forma oficial ao sistema educacional. Podemos pensar que tal atraso reflete a persistência do racismo estrutural e da negação das contribuições históricas e culturais desses grupos na formação da identidade nacional.

Mesmo não sendo um dos objetivos desta pesquisa, a investigação sobre os desafios encontrados nos ambientes formais de ensino, sobre a efetiva implementação destas regulamentações, podemos supor alguns dos entraves encontrados perante a prática pedagógica sobre estas temáticas, como por exemplo, a falta de formação adequada dos professores, seja dentro da academia ou na formação continuada, para que os temas étnico-raciais sejam abordados de maneira sensível e embasada.

Outro fator que podemos considerar diz respeito aos materiais de apoio, que ainda perpetuam estereótipos e narrativas eurocêntricas, dificultando a construção de um ensino que valorize a diversidade cultural brasileira e por fim, pensamos sobre o reflexo da resistência de segmentos da sociedade, que muitas vezes minimizam ou rejeitam a importância dessas temáticas, reforçando barreiras para sua inclusão plena no contexto escolar.

Neste contexto, ao trazermos para esta proposta como um dos elementos centrais a perspectiva dos remanescentes de quilombolas a respeito de suas memórias socioespaciais, enquanto educadora, surge uma questão central: *De que forma os mapas mentais podem contribuir no contexto de uma educação geográfica formal e informal, servindo como um recurso de fortalecimento para a visibilidade e valorização da história das comunidades de remanescentes de quilombolas, como a Brasa Moura?*

Deste modo, nesta seção, buscamos apresentar como a atividade de campo transcorreu no dia 25 de agosto de 2024, que resultou nos mapas mentais que serão apresentados posteriormente.

### **5.3.1. Memória, território e identidade Brasa Moura: o que os mapas mentais nos apresentam?**

Ao longo de todas as riquíssimas oportunidades de conversas com os membros da comunidade a respeito das suas vivências dentro deste território, não foi algo incomum ouvi-los lembrar sobre todas as dificuldades de permanência enfrentadas ao longo e no decorrer dos anos.

Estas, em primeiro momento, podemos dizer que era o reflexo direto da falta de políticas públicas voltadas ao amparo e assistência destas comunidades perante a legislação Brasileira, haja visto que, foi apenas a partir da Constituição de 1988 que organizações sociais como estas começaram mesmo que a passos lentos a ter ao menos a garantia do direito a suas moradias. Sobreviver à margem da sociedade foi e tem sido uma realidade desafiadora para comunidades de remanescentes de quilombos, sobretudo para aquelas que assim como a Brasa Moura enfrentaram inúmeros empecilhos para o seu reconhecimento.

A enorme lacuna histórica perante a políticas públicas eficazes, não tornou apenas difícil a manutenção do seu legado histórico e cultural, mas também, dificultou o acesso desses sujeitos à uma educação de qualidade, adequada às suas realidades, acesso à saúde e a infraestrutura básica, como pode ser percebido nos relatos apresentados pela Tatiana (visto no capítulo onde discorreremos sobre a constituição da comunidade Brasa Moura).

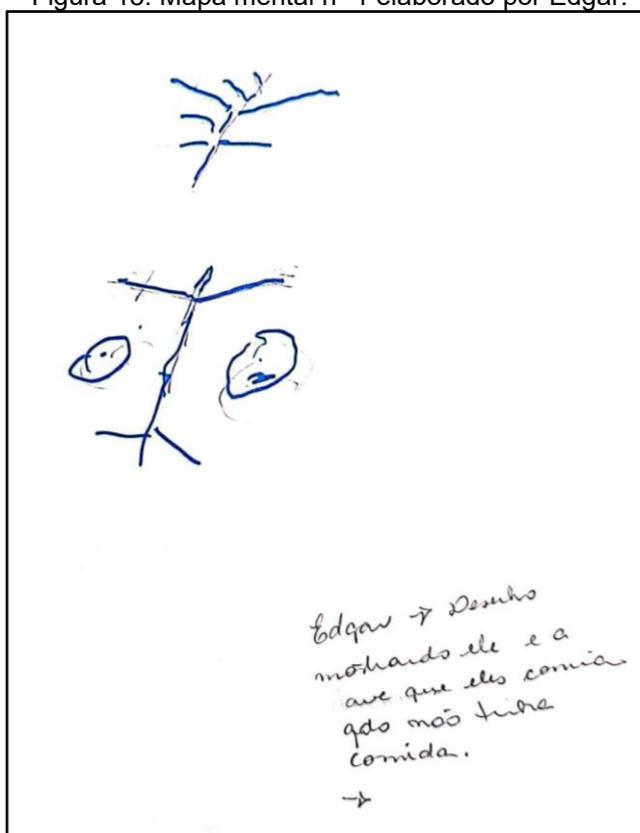
Tais circunstâncias, que refletem parte destas dificuldades podem ser percebidas principalmente na figura 13, correspondente ao mapa mental (nº 01), feito por Edgar (filho da matriarca Nair), onde apesar da sua falta de familiaridade com a escrita e habilidades para propor a elaboração de um desenho sobre a sua memória com maior riqueza de detalhes, quando perguntado sobre qual o fato que os mesmo gostaria de representar a respeito da suas vivências no território, o mesmo nos apresentou o esboço do que ele chamou de: “pássaro que caçava para se alimentar, quando não conseguia trazer para casa partes de cortes de carnes, que não eram apreciados pelos donos das fazendas vizinhas, onde o mesmo trabalhou a vida inteira em troca de recursos para sua subsistência.”

A partir de sua narrativa e da sua representação espacial registrada neste mapa mental, buscamos retomar como os conceitos de paisagem, lugar e território se entrelaçam perante a perspectiva fenomenológica defendida nesta proposta,

pois quando falamos em subjetividades, nos remetemos a algo que está além do que os nossos olhos podem capturar em um primeiro instante.

Ao nos depararmos com este material, podemos perceber que, ele está muito além de uma mera descrição de uma cena corriqueira do cotidiano. Ela busca expressar uma vivência marcada pela luta e resiliência de uma comunidade que diante das dificuldades encontrou meios para sua sobrevivência perante a um contexto de exclusão social.

Figura 13: Mapa mental nº 1 elaborado por Edgar.



Organização: autora, (2024).  
Fonte: acervo pessoal da autora.

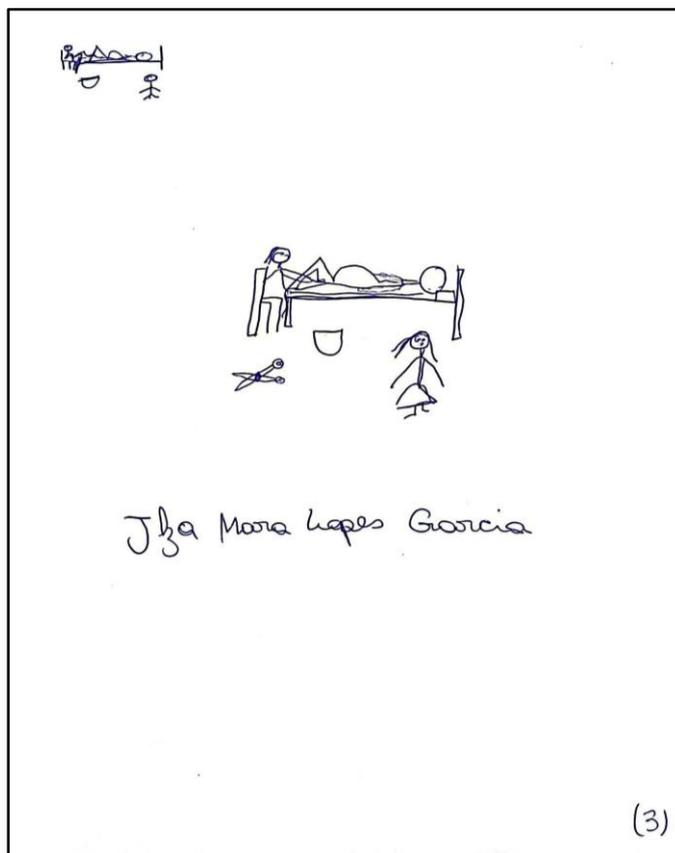
Para além dessa perspectiva, também podemos compreender que o conceito de lugar de certa maneira se apresenta como um dos elementos centrais desta relação de Edgar com a sua comunidade, pois como expusemos ao trazer Tuan (2011), o lugar é dotado de significados afetivos que resulta de uma construção social que vai além de uma mera localização geográfica.

Ao evidenciar neste mapa mental o pássaro como o centro da sua experiência neste território, podemos compreender que ele não representa um espaço qualquer, mas sim, um ambiente inteiramente vivido, quer tenha sido pelo seu pertencimento ou por vezes por um sentimento de privação colocado por aqueles que detinham maior poder econômico.

Atrelado a isto, quando pensamos a respeito da perspectiva do território, nesta tríade de conceitos apresentados, percebemos que a definição deste conceito de fato, transcende a uma mera definição de um espaço delimitado juridicamente. Como exposto ao longo da dissertação, o território quilombola é fruto de uma construção histórica que envolve resistência, identidade e disputa. O relato de Edgar remete a um período em que os quilombolas eram forçados a trabalhar nas fazendas vizinhas em condições precárias, sem direito à posse da terra e sem acesso a direitos básicos. Isso evidencia a relação desigual de poder sobre o território, onde a comunidade, mesmo pertencendo historicamente àquele espaço, sempre precisou reivindicar sua permanência e autonomia.

Com relação à figura 14 (mapa mental nº 2), feito por Ilza Mara, neta da Nair Madeira, podemos notar a relevância dos saberes ancestrais repassados de geração em geração entre as mulheres da família, no que se refere ao acompanhamento de gestantes da sua região.

Figura 14: Mapa mental nº 2 elaborado por Ilza Mara.



Organização: autora, (2024).  
 Fonte: acervo pessoal da autora.

Tais habilidades de dona Nair foram adquiridas a partir dos saberes de sua mãe e assim, ela os transmitiu para as gerações posteriores. No momento desta pesquisa, sua neta como mencionada, relembra das vezes que acompanhou sua avó em um dos inúmeros partos realizados. No mapa mental apresentado por ela, ela busca descrever a cena com os aparatos utilizados no procedimento, com uma mulher deitada sobre sua cama, um recipiente com água e uma tesoura. Ilza Mara, se auto representa neste recorte, como uma garota que acompanha atenta de maneira mais afastada no ambiente a desenvoltura da sua avó.

Ilza Mara, relata no momento de apresentação do seu mapa, que sua avó Nair era muito solicitada entre residentes da região, era conhecida por sua experiência como parteira e como benzedeira (com relação às práticas de benzedura, abordaremos na figura nº 15, mapa mental nº 3). Nos é relatado sobre a atenção despendida as gestantes, devido à seguinte questão: “era muito dificultoso o acesso do quilombo e da vizinhança até a cidade para fazer todo

acompanhamento médico, como a vovó era muito conhecida por já ter feito vários partos, o pessoal sempre acabava chamando por ela.”

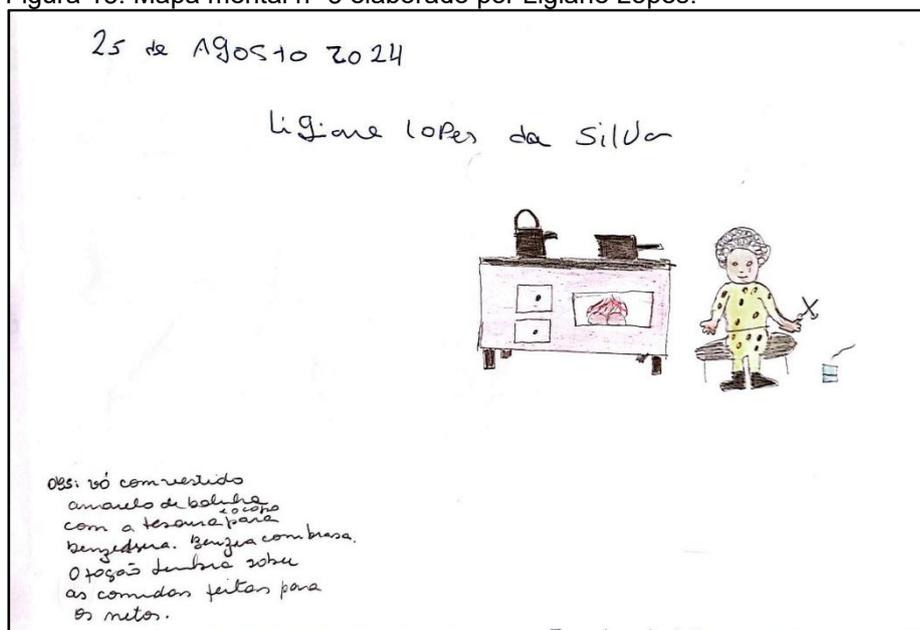
Portanto, a partir da análise do segundo mapa mental, onde busca destacar a relevância de uma das práticas desenvolvidas por sua avó dentro da comunidade, entendemos que, essa representação inserida em um contexto mais amplo, transcende a uma mera representação visual de um evento isolado, ocorrido em um espaço qualquer.

Retomando ao que já foi mencionado por Souza (2018) neste trabalho sobre a potência que uma “simples paisagem pode revelar ou esconder”, podemos dizer que, com um olhar mais atento, vemos expostas neste simples recorte de uma memória socioespacial o retrato das relações sociais e culturais dentro desta comunidade, pois a ação descrita, remonta o conhecimento ancestral, transmitido entre gerações de mulheres, que também é um dos fatores que moldam o território quilombola. Deste modo, a paisagem torna-se um registro das práticas de cuidado e resistência da comunidade, perpetuadas por meio das relações sociais e dos saberes tradicionais.

Ao chegarmos na análise da figura 13, mapa mental nº 3, feito por Ligiane Lopes, também uma das netas de dona Nair, nos deparamos com um recorte que podemos designá-lo na categoria das práticas religiosas, pois o seu recorte busca retratar uma das suas vivências na companhia da matriarca da família que diz respeito às práticas da benzedura.

Apesar de presenciar com frequência tal fato, ao contrário da Ilza Mara, ela busca representar a sua memória sem fazer a sua autorrepresentação. Nos é apresentada a lembrança de sua avó, provavelmente na cozinha da sua casa, trajando suas vestes simples, recostada em seu banco de madeira, segurando uma tesoura. Sobre o chão, também próximo a ela um copo e mais ao lado, um fogão à lenha, onde pode ser percebida as brasas em chamas para realizar a prática.

Figura 15: Mapa mental nº 3 elaborado por Ligiane Lopes.



Organização: autora, (2024).

Fonte: acervo pessoal da autora.

Dando sequência ao nosso conjunto de análises, apresentamos o mapa mental nº 4, figura 16, elaborado por Ilda Mara, irmã de Ilza Mara e conseqüentemente neta de Dona Nair. Em sua representação, podemos observar além dos elementos simbólicos como os enfeites coloridos dispostos nas árvores, também podemos perceber características físico-geográficas, como fatores do relevo irregular da Serra das Asperezas, a indicação das condições climáticas do período, pois apresentam nuvens azuis no céu, pássaros sobrevoando o local e árvores com sua copa em coloração esverdeada.

Além disso, conseguimos observar por meio da vivacidade da sua representação, elementos como a cor da casa onde sua avó morava, o aconchego transmitido por uma chaminé em uso, indicado pela representação da fumaça saindo pelo seu duto. Associado a isto, temos a representação da sua avó segurando um enfeite para a árvore e a pequena Ilda, auto representada na figura de uma criança, aparentemente empenhada em enfeitar uma das grandes árvores para a festividade do Natal na comunidade Brasa Moura.

Figura 16: Mapa Mental nº 4 elaborado por Ilda Mara.



Organização: autora, (2024).  
 Fonte: acervo pessoal da autora.

Ao trazer essa memória, Ilda nos relata como era esse período junto à sua família, ao expor o seguinte:

Essa era uma ocasião que marcou muito minha memória, é um momento muito especial pra mim, porque apesar de toda dificuldade enfrentada pela minha família, minha avó mesmo sem ter condições de ter uma árvore de Natal, dava um jeito de fazer do nosso jeito. Ela juntava papel de bala colorido para a gente ir arrumando e pendurando nas árvores para fazer a nossa festa e assim, tudo ficava enfeitado (relato de Ilda Mara).

O relato de Ilda, aliado à sua representação do simbolismo do Natal perante o ato de conseguir recursos, por mais singelos que fossem, no intuito de transformar a paisagem natural em algo de valor sentimental, também foi uma das formas que esses sujeitos encontravam para se autoafirmarem e se apropriarem cada vez mais dentro daquele território.

Ao apresentarmos os materiais seguintes desta análise, sendo os três últimos mapas mentais do acervo dos materiais produzidos ao longo da roda de conversa, agimos deliberadamente ao dispormos nesta ordem. O mapa mental nº 5 foi elaborado por Eva, presidente da comunidade de remanescentes de quilombolas, e sendo o 6 e 7 respectivamente, elaborados por Tatiana.

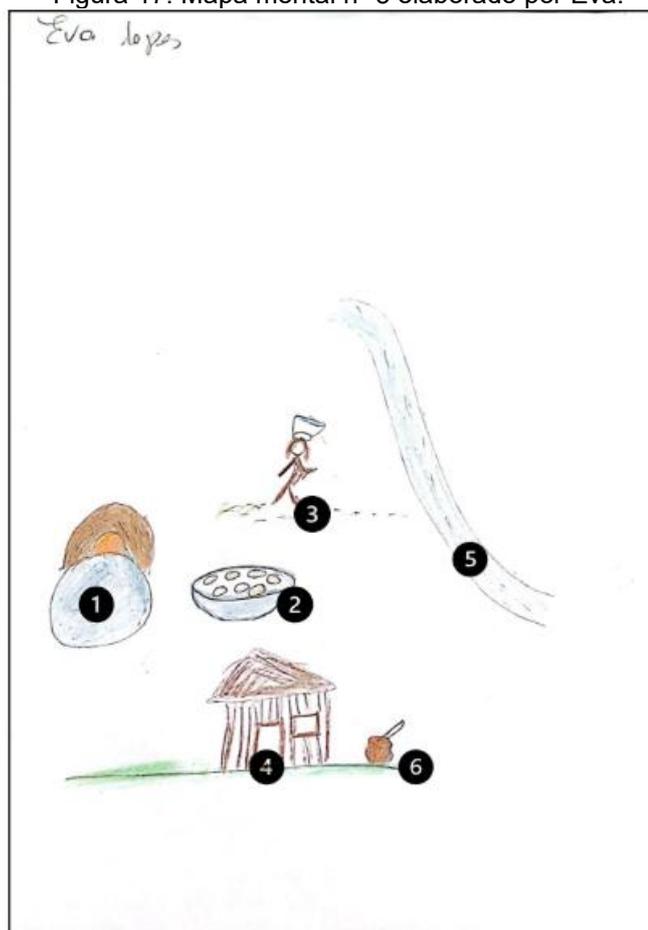
Optamos em apresentar as conclusões a respeito destes materiais como fechamento das considerações sobre esta atividade, pois, como pode ser observado por intermédio das ilustrações, eles apresentam um maior número de elementos a serem compreendidos. Ademais, também acreditamos que essas três representações expressam de maneira mais objetiva o sentido da Cartografia Social no seu mapeamento voltado às questões de subjetividades.

O que denota este posicionamento é pelo simples fato de a possibilidade destes recursos capturarem em uma única representação tempos e espaços diferentes, como pode ser visto através das referidas representações socioespaciais. Vale salientar que esta percepção não deriva apenas da identificação visual dos objetos espaciais organizados no plano 2D, mas também, do processo de escuta atenta de suas narrativas no momento de socialização destes materiais, como forma de complementar o processo da sua leitura e interpretação.

Como já mencionado sobre a diversidade de elementos dispostos nestes materiais, para uma melhor compreensão do leitor a respeito do que as representações buscam exemplificar, organizamos sobre o material a ordenação de elementos numéricos que farão parte da composição do sistema de legendas. Deste modo, partimos para a discussão a respeito do mapa mental nº 5, (figura 17), elaborado por Eva.

<b>Legenda</b>	
1. Forno de pedra	4. Tapera
2. Pães	5. Açude
3. Nair	6. Pilão

Figura 17: Mapa mental nº 5 elaborado por Eva.



Organização: autora, (2024).  
 Fonte: acervo pessoal da autora.

A partir da compreensão do que se tratam esses elementos, dispomos sobre a simbologia desta memória ao apresentamos o relato de Eva a respeito, das seguintes situações:

Tenho muitas recordações da vovó indo buscar água no açude para lavar roupa, ela voltava equilibrando o balde de água na cabeça. Também tenho memória das primeiras casinhas aqui do quilombo, eram feitas de pedaços de madeira e entre as suas frestas, se fazia uma mistura de barro e capim para cobrir os espaços para evitar o frio, além disso, algo muito importante pra gente é o forno de pedra, onde ela conseguia assar os pães e também tinha o pilão, onde ela mesma usava para fazer a própria canjica, com os milhos que ela conseguia colher da sua horta.

Com a narrativa de Eva, aliada a sua representação, reforça a ideia de que o território da Comunidade Brasa Moura, não é apenas um espaço físico, estritamente delimitado, mas sim, o resultado materializado de uma construção social e simbólica, proveniente deste compartilhamento de memórias das práticas

cotidianas. A apropriação e manutenção de tais práticas, sendo representadas pela figura do pilão, forno e da tapera, são elementos que não representam apenas o passado distante, mas se materializam como uma forma de organização do espaço e na autossuficiência dos membros da comunidade na transmissão dos seus saberes.

Além disso, não apenas neste mapa mental, mas também nos anteriores, conseguimos notar a relevância do protagonismo feminino dentro deste grupo. As mulheres desempenham um papel essencial na organização deste espaço, atuando como guardiãs das práticas tradicionais, seja com benzeduras, conhecimento das plantas não convencionais comestíveis, preservação dos recursos naturais ou como propagadoras deste conhecimento. Elas são verdadeiras agentes de resistência e resiliência perante este cenário.

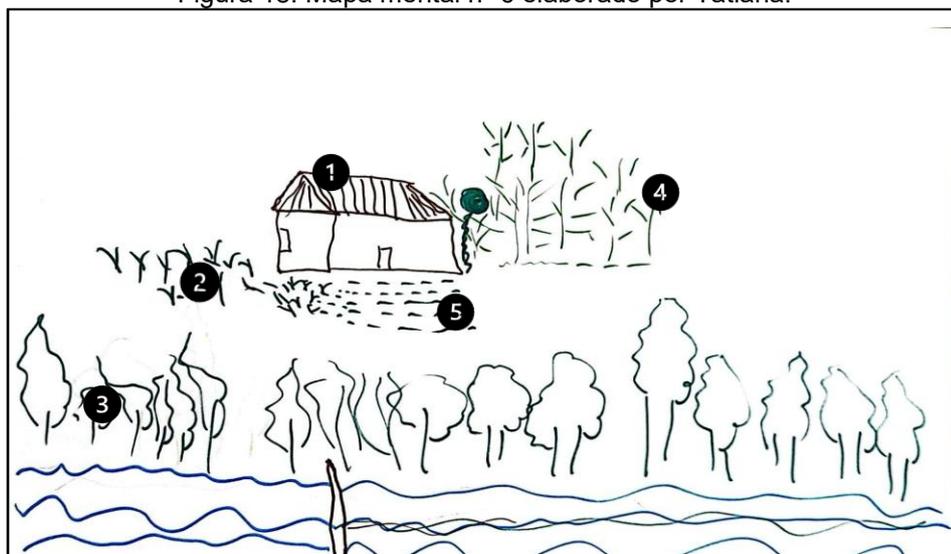
Por fim, concluímos as nossas análises com a apresentação dos mapas mentais nº 6 e 7 elaborados por Tatiana. Tomamos a liberdade de apresentar tais considerações de forma conjunta, tendo em vista que eles foram organizados pela mesma pessoa.

Os mapas mentais de Tatiana apresentam as seguintes simbologias, possíveis de serem identificadas por meio da exposição do seguinte relato: “Eu busquei desenhar um cenário, fazer o resgate de uma memória incrível, que foi um espaço totalmente construído pelos escravizados. É um cenário construído de pedra, inclusive as casas”. No centro da imagem do mapa mental nº 6 (figura 16), sob a legenda de nº1, Tatiana, faz a indicação da casa onde foi o local do nascimento, feito pelas mãos da mãe velha Cidia. Em frente a esta casa, indicada pela legenda 2 e 5 são representadas as plantações de milho, “a gente comia muito milho verde nas refeições” e o caruru, sendo esta última uma planta não convencional comestível - PANC, utilizada corriqueiramente nas receitas dos grupos dessa comunidade, mantida até os dias atuais, como uma das formas de preservação da sua identidade cultural.

Representada pela legenda número 3 e 4, na frente da casa ainda nas palavras de Tatiana, a paisagem natural é descrita como uma avenida de eucaliptos e logo em seguida, a outra vegetação indicada é de nº 5, chamada de taquara.

Legenda	
1. Casa onde nasceu Tatiana	4. Taquara
2. Plantação de milho	5. Caruru
3. Eucalipto	

Figura 18: Mapa mental nº 6 elaborado por Tatiana.



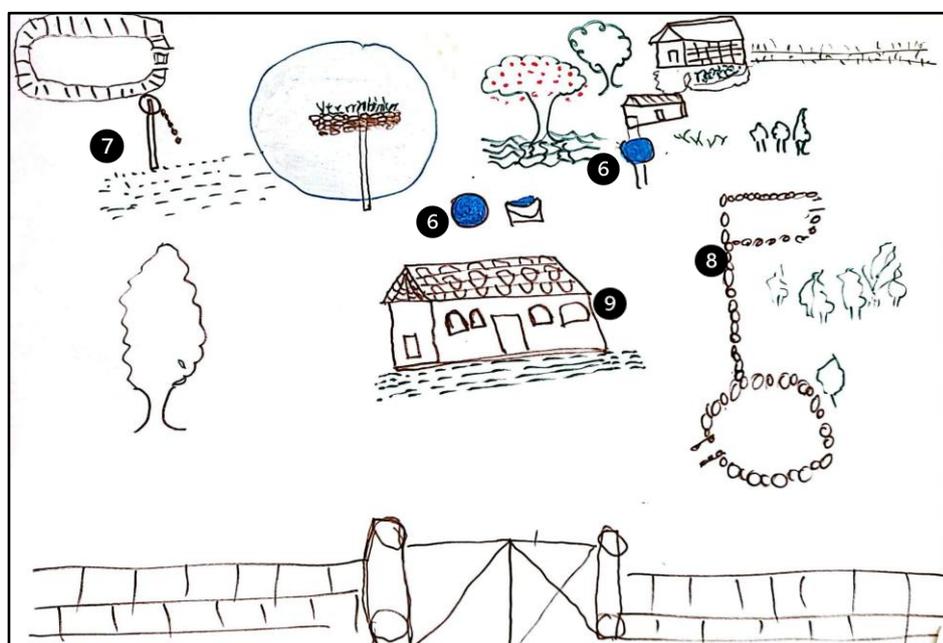
Organização: autora, (2024).  
 Fonte: acervo pessoal da autora.

Dando sequência ao relato da Tatiana com a sua segunda representação, conforme a figura 17, em que ela nos fala o seguinte:

Depois que eu nasci eu visitei muitas vezes esse local, era a casa dessa minha tia, tia Vilma do finado Vilar, então eu lembro exatamente desse local. Esse local é um lugar de uma memória muito afetiva e é algo muito marcante pra mim. Ao lado da casa, à direita da foto, tem um ponto azul que é uma cacimba, é um ponto d'água, onde a gente buscava a água, próximo a cacimba tem as taquaras que até hoje ainda está lá. Na frente da casa onde dá pra se vê, tem uma avenida de eucaliptos. Realmente eram muitos e muitos, até hoje tem alguns pés de eucalipto por lá e deve ter provavelmente uns 200 anos, desde que nasci eles já estavam lá e já eram muito grandes.

Legenda	
6. Fonte de água	9. Escola
7. Cemitério dos escravizados	10. Árvore Erva de Bugre
8. Chiqueirão de Pedra	

Figura nº 19: Mapa mental nº 7 elaborado por Tatiana.



Organização: autora, (2024).  
 Fonte: acervo pessoal da autora.

Dando seguimento, Tatiana descreve as informações do mapa destacando que:

...ela tem realmente a porteira e a cerca, exatamente como era, a direita tem o chiqueirão de pedra, mais o muro de pedra que vai acompanhar até próximo o casarão de pedra e também tem uma mangueira ali. Ainda se falando a direita das árvores, é um bosque de araçá amarelo, ainda seguindo pela direita temos outros bosques, onde era uma quinta, onde tinha vários pés de muitas frutas, bergamota, laranja, parreiral, lima, limão, abacate pêra, tinham várias frutas. Tem o arame farpado passando o bosque da quinta e a Escola Heitor Villa Lobos, com um muro, e ao lado do Muro, ali eu tentei desenhar uma foto que retrata a minha avó Nair, eu, minha irmã mais velha, Ligiane, a mãe, a Maria Lígia no colo da mãe e a Evinha. Mais adiante tem uma árvore, aquela árvore era um figueirão bem grande, onde a gente brincava. Marcou minha época, porque era onde a gente brincava e logo embaixo, tem outra casinha que era ferragem do dono deste local. Atrás da árvore pintada de vermelho, aparecem uns

pontos amarelos, que são mal me quer, que dizem que ali não nascia um pé de chirca, só o mal me quer amarelo, que é o local onde era o cemitério dos escravizados. No meio da roda maior é um açude. Não pintei de azul, porém ele estava sempre cheio de água, e está até hoje lá e tem essa passarela que atravessa e vai até em cima de uma espécie de jardim e de uma horta no meio do açude. Tem dois pontos azuis atrás da casa, o primeiro ponto bem atrás da casa é o argibe de 12m, um lavabo que era uma espécie de um tanque, tudo feito de pedra que era para lavar roupa. O outro ponto azul era um banheiro de banhar ovelha, sempre cheio d'água também. A esquerda tem a árvore que uma escravizada para fugir do tronco ela acabou cometendo suicídio e logo adiante o tronco. Na frente do casarão tinha muita grama, era um local muito bem preservado, muito provavelmente cuidado por mãos de escravizados”.

Sobre o cemitério dos escravizados, Tatiana traz um relato que considera importante, destacando o seguinte:

Para mim também é muito importante, isso me chamava atenção demais, porque eu era criança e sempre me chamava atenção, por isso eu resolvi escrever, eu tive a curiosidade de perguntar para a última moradora daquele local, o que falavam para ela desse local, onde já se falava entre os moradores locais que alí era o cemitério dos escravizados e só isso, não nascia mais nada além dessas flores.

Sem o receio de ser repetitiva ao longo das considerações até aqui apresentadas, tornamos a lembrar o motivo pelo qual optamos em apresentar as discussões dos resultados desta proposta, com esta última representação. Em primeiro momento, o ato de observar elementos dispostos em um plano sem muitas convenções estritamente rígidas, pode levar a falsa impressão de que esta pode ser uma tarefa simples. No entanto, podemos dizer que, neste tipo de representação, as simbologias não falam por si só, como acontece na cartografia sistematizada, aqui, elas são traduzidas a partir das suas subjetividades, um mesmo plano é capaz de traduzir o que é lugar, cultura e principalmente memórias, através do tempo e em diferentes espaços. Este é o caso desta última representação.

Tatiana expressa em seus mapas mentais, questões que estão além de uma mera representação espacial do território da comunidade Brasa Moura, ela busca ressaltar a profunda conexão que há entre sua ancestralidade, identidade e com a memória coletiva da comunidade. Com esta abordagem da Cartografia Social, os elementos físicos da paisagem e simbólicos se entrelaçam, dando forma ao mosaico de memórias socioespaciais, revelando não apenas elementos frios do espaço geográfico, mas também as relações de vivências e suas afetividades.

Ademais, aqui também percebemos como os conceitos discutidos ao longo destas propostas dialogam com que é proposto pelos autores estudados. Ao trazermos Haesbaert (2004) com a sua concepção que o território ultrapassa a simples noção de espaço físico, ele engloba intrinsecamente as dimensões simbólicas e políticas. Nos mapas mentais de Tatiana, o território é representado como um espaço de luta e pertencimento, onde cada elemento, desde as casas de pedra até as porteiras e bosques, carregam camadas de significado histórico.

A indicação do cemitério dos escravizados como um ponto central da memória, revela a importância do território como guardião da ancestralidade. A ausência de vegetação no local, exceto pelas flores "mal me quer", reforça a percepção de que o espaço carrega uma energia única, ou porque não dizer que também é umas das marcas históricas deixadas pela escravidão no local. Por isso, acreditamos que a proposição desta atividade também buscou validar o reconhecimento e afirmação da identidade quilombola destes sujeitos, pois almejamos valorizar narrativas como estas que historicamente sofreram tentativas de silenciamento.

Além disso, tais representações apesar de sua perspectiva subjetiva, trazem elementos da paisagem natural que evidenciam as transformações ocorridas no espaço do quilombo ao longo do tempo. Ao indicar a presença da plantação de eucalipto, é um exemplo marcante desse processo. Pois, ao mesmo tempo que este fato serve como um marco temporal, quando é mencionado que já eram árvores grandes no período da sua infância, eles representam um processo de alteração das características do Bioma Pampa.

Chegada à conclusão das análises destes materiais, buscamos sintetizar toda carga subjetiva apresentada neste conjunto de amostras, por intermédio da figura 18, que é o resultado final do mapeamento participativo.



Como pode ser percebido com a apresentação deste material, não buscamos dizer que uma cartografia é melhor que a outra, pensamos que podemos nos apropriar de cada uma de maneira que haja complementação dentre as suas possibilidades.

A partir da escuta atenta e da análise minuciosa de cada mapa mental apresentado, buscamos sintetizar e traduzir essas informações de valor simbólico e sentimental em elementos visuais capazes de expressar cada história contada. Assim, sugerimos algumas simbologias a serem espacializadas no plano onde foi apresentado o resultado do mapeamento participativo, de modo que as mesmas pudessem fazer referência ao local de memória suscitada. A respeito destas simbologias, apresentamos o seu significado a partir da leitura do quadro nº 2.

Quadro 2: Quadro de simbologias apresentadas no mapeamento participativo.

Quadro de simbologias apresentadas no mapeamento participativo		
Representação correspondente	Simbologia	Significado
Mapa nº 1		A ave representa a busca por implementação de recursos alimentícios.
Mapa nº 2		Fogo em brasa e tesoura. Onde a primeira simbologia tem dois significados distintos. O primeiro diz respeito ao nome da comunidade (Brasa Moura) e é um elemento utilizado nas práticas de benzeduras.
Mapa nº 3		Pão simbolizando a prática e o cultivo de alimentos para autossustento da comunidade e Casa, representada com um coração ao centro, indicando que não é apenas uma moradia, mas sim, um lar de afetividades, além disso, representa a questão de pertencimento com o lugar de origem.
Mapa nº 4		Cruz vermelha simbolizando a referência da matriarca da comunidade e de seus conhecimentos em relação às ervas medicinais e ao acompanhamento de gestantes. A tesoura, também busca representar a ferramenta utilizada nestas práticas.
Mapa nº 5		Árvore de Natal, simbolizando os períodos de confraternização entre os familiares.
Mapa nº 6 e 7		Caruru (PANC) e Milho, característicos na alimentação dos membros da Comunidade. Eucalipto, elemento marcante na paisagem ao entorno da comunidade; Lajedo de pedras, ponto de descanso e de socialização; rochas, elemento simbólico nas construções que antecedem as taperas.

Fonte: elaborado e organizado pela autora (2024)

Por intermédio da apresentação desta ordenação gráfica, que deriva do mapa participativo, se percebe que tais simbologias não são comumente utilizadas nas representações gráficas, que são lidas como tradicionais. No entanto, por intermédio da Cartografia Social, da escuta atenta das narrativas, atrelada às análises dos mapas mentais, conseguimos traduzir tais perspectivas simbólicas e sentimentais em representações visuais que buscam refletir a trajetória dos membros desta comunidade.

Isto posto, retomamos a questão problematizadora que abrimos esta seção quando nos questionamos a respeito do seguinte: “De que forma os mapas mentais podem contribuir no contexto de uma educação geográfica formal e informal, servindo como um recurso de fortalecimento para a visibilidade e valorização da história das comunidades de remanescentes de quilombolas, como a Brasa Moura?”

Podemos dizer que, a partir do conjunto de análises apresentadas, dos mapas mentais produzidos pelos membros da comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, este recurso atuou como uma ferramenta que transcende uma simples representação dos espaços. Os mapas mentais, tornaram-se um artifício capaz de expressar as memórias coletivas desta comunidade, permitindo que os sujeitos participantes apresentassem o seu território, não apenas do ponto de vista cartográfico tradicional, mas também, principalmente por meio das suas próprias vivências repletas principalmente de afetos e de relações culturais.

Poderíamos neste trabalho ter ido em busca da episteme relativa ao que seria cultura. No entanto, a partir de todos os relatos apresentados por cada participante desta pesquisa, quer tenha sido por meio da oralidade ou por meio da elaboração e socialização das suas memórias socioespaciais, podemos dizer que a cultura neste caso, é tudo aquilo que não se perde nem no tempo e no espaço, é tudo aquilo que há necessidade de ser mantido e ser passado de geração em geração, como forma de reverência àqueles que vieram antes e começaram a abrir caminho. Esta relação se revelou como algo evidente do decorrer desta proposta.

Saindo do campo das subjetividades e pensando na contribuição que propostas como estas podem oferecer perante a educação geográfica formal, elaboramos uma maquete no sentido de representar de maneira tridimensional a área de abrangência da comunidade de remanescentes de quilombolas. Como

destacado na metodologia, a delimitação da área considerou os pontos levantados no pré-campo, o que demarca a área aproximada de ocupação antes da legalização da área atual. A proposta de elaboração da maquete vai ao encontro da necessidade de contribuir juntamente com o mapa participativo, para a discussão sobre temas voltados às temáticas afro-brasileiras, podendo ser levada para as escolas e utilizadas a partir dos componentes curriculares como Geografia e História. Na figura 21<sup>4</sup>, podemos ver a maquete em suas fases de desenvolvimento.

Figura 21: Maquete da área de abrangência da comunidade de remanescentes de quilombolas, em processo de elaboração.



Fonte: Scouto; Nunes (2025.)

---

<sup>4</sup> Esta é a apresentação inicial da maquete. Pois, como destacado na metodologia, disponibilizamos o link de acesso para pasta no drive, onde disponibilizamos as etapas do seu processo. Este material consta a espacialização das cores (tinta acrílica), para designar as classes de uso da terra. Além disso, foram confeccionadas simbologias em 3D a partir do quadro 3, para posicionar sobre a maquete, espacializando assim as memórias, em diálogo com o mapa participativo. <https://docs.google.com/document/d/1vtMim5WgGtDCFgWpGzrAfKdmN5V3SszO/edit>

Acreditamos que a Cartografia Social, com o auxílio de recursos como os mapas mentais e o mapa participativo, podem oferecer meios para trabalhar em sala de aula os conceitos estruturantes da Geografia, como território, paisagem, lugar e porque não dizer também, identidade e cultura de maneira mais próxima das distintas realidades vividas pelos estudantes.

Ao situarmos esta proposta no campo da educação informal, percebemos que os mapas mentais se apresentam como uma ferramenta de valorização cultural e de fortalecimento identitário, pois neste caso, a sua elaboração incentivou não apenas o registro de memórias afetivas, mas também, o reconhecimento da trajetória de luta desta comunidade. Abriu-se espaço para que estes sujeitos contassem a sua história a partir da sua própria perspectiva, e que o resultado deste processo fosse transformado em uma representação onde eles pudessem se reconhecer.

Desse modo, acreditamos que a Cartografia Social, aplicada por meio do instrumento dos mapas mentais, não apenas buscou documentar as histórias destes remanescentes, mas também, serviu como um recurso de empoderamento e educação, pois ao trazermos os territórios que tem a sua própria identidade, os mapas mentais subvertem as concepções tradicionais de representação cartográfica aplicando um olhar mais humano.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de nortear as considerações finais a respeito da proposta desenvolvida, primeiramente consideramos relevante retomarmos as proposições iniciais a respeito das questões norteadoras que levaram aos desencadeamentos das reflexões aqui sugeridas, tendo em vista o nosso problema de pesquisa com seus respectivos objetivos. Além disso, também buscamos apresentar a fundamentação teórica e metodológica que deram o aporte necessário para que fosse possível o desenvolvimento deste trabalho. Concomitante a isto, buscamos discorrer sobre as questões referentes às discussões dos resultados encontrados e por fim, apresentamos algumas possíveis lacunas/possibilidades que emergiram a partir dos desdobramentos desta pesquisa.

A priori, esta pesquisa teve como objetivo central analisar como a Cartografia Social pode servir como um instrumento para dar visibilidade às memórias socioespaciais da comunidade quilombola Brasa Moura, situada no Município de Piratini/RS. Para isso, foram traçados objetivos específicos que buscaram primeiramente caracterizar os espaços de resistência dessa comunidade; registrar as memórias socioespaciais dos sujeitos participantes da pesquisa, por meio de entrevistas narrativas; espacializar essas memórias utilizando a Cartografia Social com seus recursos dos mapas mentais e do mapeamento participativo e, por fim, Elaborar com base nas contribuições da Cartografia Social, material pedagógico (mapa participativo e maquete), no intuito de contribuir para a discussão sobre temas voltados às temáticas afro-brasileiras.

A partir do ponto de partida desta pesquisa que foi voltado à compreensão das dinâmicas sociais, culturais e históricas desta comunidade em questão, adotamos uma postura filosófica fundamentada na Geografia humanística com enfoque em aspectos da fenomenologia atrelados a Cartografia Social. Junto a isto, buscamos propor reflexões tendo os conceitos de paisagem, lugar e território como elementos essenciais para embasar as análises e interpretações dos dados coletados. Esses conceitos foram essenciais para conseguirmos vislumbrar as relações simbólicas e políticas da comunidade com o espaço que ela ocupa.

Atrelado a isto, desenvolvemos os nossos procedimentos metodológicos voltados à análise qualitativa, pois como esta proposta teve como pilar central trabalhar com questões ligadas a subjetividades dos indivíduos. Acreditamos que

esta, possibilitou uma maior liberdade para a compreensão das representações cartográficas que foram elaboradas.

Deste modo, entendemos que a metodologia utilizada foi compatível com a proposta da pesquisa. A abordagem qualitativa permitiu uma análise aprofundada das narrativas e experiências dos participantes, enquanto a inspiração na fenomenologia possibilitou que os sujeitos fossem protagonistas na construção dos significados atribuídos ao seu território. A utilização da Cartografia Social se mostrou como potencial para registrar e representar a percepção do território pelos sujeitos da pesquisa, indo além dos mapas tradicionais para valorizar as experiências e memórias da comunidade.

Os resultados obtidos indicam que a comunidade Brasa Moura é um espaço de resistência e resiliência, onde seus membros buscam reafirmar sua identidade e garantir melhores condições de vida. As narrativas coletadas evidenciaram as dificuldades históricas enfrentadas, sobretudo perante a luta pela titulação da terra. No entanto, também destacaram a força da comunidade, que se organiza em associações, desenvolve projetos sociais e educativos e reivindica seus direitos junto a órgãos governamentais.

A elaboração dos mapas mentais e do mapeamento participativo demonstrou a importância da Cartografia Social como um instrumento de empoderamento e visibilidade. Os membros da comunidade puderam representar não apenas os espaços físicos que compõem seu território, mas também as memórias, afetos e histórias que o constituem. Isso reforça a ideia de que o território é mais do que um espaço geográfico; é também um local de pertencimento, identidade e resistência.

Dessa forma, a pesquisa atingiu seus objetivos, contribuindo para o registro e valorização das memórias socioespaciais da comunidade Brasa Moura. Além disso, forneceu subsídios para a construção de materiais pedagógicos que podem ser utilizados para a ampliação do debate sobre a história e a cultura quilombola, não somente em espaços formais, mas também em espaços não formais.

## 7 BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H; COLI, L. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: A 4 Mãos Comunicação e Design Ltda. Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n. 1, 2008.

ALMEIDA, A. B. Abordagem fenomenológica transcendental e existencial na Geografia: As bases para o entendimento do espaço vivido. **Revista Geografar**. Curitiba, vol.6, n.2, p.43-57, dez./2011.

ALMEIDA, A. W. B. **Nova Cartografia Social da Amazônia**. Povos e comunidades tradicionais nova Cartografia Social. Manaus: PNCSA-UFAM, 2013. Acesso em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/A-Nova-Cartografia-Social1.pdf>

AVILA, R. B. G.; SPIRONELLO, R. L. A abordagem fenomenológica e sua relação com mapas mentais no processo de ensino aprendizagem em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 24, p. 01-30, 2020.

ALONSO, A. **Métodos qualitativos de pesquisa**: uma introdução. In: CEBRAP. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 7, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, ou por simples ocupação, e determina outras providências. Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L601-1850.htm). Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br> Acesso em 07 de nov. 2023

BRASIL, **DECRETO DE LEI Nº 4.487, 2003**. Online. disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4487.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4487.htm)

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Extingue a escravidão no Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 13 maio 1888. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm). Acesso em: 15 de maio de 2024.

CARVALHO, J. J. (Org). **O Quilombo Rio das Rãs: histórias, tradições e lutas**. Salvador, EDUFBA, 1995.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CASTELLAR, S. M. V. **Raciocínio geográfico e a teoria do reconhecimento na formação do professor de Geografia**. Signos Geográficos, Goiânia: UFG, v. 1, p. 1-20, 2019. Online. disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/59197/33478>. acesso: 05 fev 2024.

CORRÊA, R. L. **Carl Sauer e a Geografia Cultural**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. nº 51. v. 1. 1989.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. 3ª ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2007.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista de História**, (UFES), v. 21, p. 101-124, 2008.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAESBAERT, R. TERRITÓRIO. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 18 dez. 2023. On line. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073/35707> . Acesso em: 20 jan. 2025.

LE GOFF, J. “Memória”.In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

MAGALHÃES, H. (2020). Fanzines de Histórias em Quadrinhos: linguagem e contribuições à educação. **DISCURSIVIDADES**, 7(2), 170–201. <https://doi.org/10.29327/256399.7.2-7>. Online. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REDISC/article/view/921/688> . Acesso em: 06 fev. 2024.

**IBGE**. Quilombolas. Online. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3104/cd\\_2022\\_quilombolas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3104/cd_2022_quilombolas.pdf) Acesso em 7 de fev. de 2024.

IFAD - INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. Good Practices in participatory mapping. 2009.

SILVA, M. T. Uma análise crítica do método fenomenológico e a sua relação com as “Geografias” humanistas. **Revista Geografia em Questão**. Marechal Cândido Rondon, v. 6, n. 2., p. 63-93, 2013. Online. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6628/6374>. Acesso em: 25 mai. 2023.

GOMES, F. S. **Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX**. In: REIS, J. J. e GOMES, F. dos S. (Orgs). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, M. F. V. B. Cartografia Social E A Geografia ESCOLAR: aproximações e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, V 7, n. 13, p.97-110 jan./jun., 2017

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. On line. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458>. Acesso em: 16 jan. 2025.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas**. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

LIMA, A. M. L.; KOZEL, S. Lugar e Mapa Mental: Uma Análise Possível. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 207-231, jun. 2009. On line. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geografia/article/view/2388/2415>>. Acesso em: 05 maio de 2024.

MELO, P. B. **Práticas produtivas e políticas públicas: uma experiência quilombola no Vale do Ribeira/SP**. 2010.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 662p.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. Volume 2. São Paulo: Moderna, 2009. p. 45-75

MORAES, A. C. R. **Geografia Pequena História Crítica**. 18ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. (introdução. p. 13-42)

OLIVEIRA, S. **Identidade, Cultura e Trabalho na Comunidade de Maçambique – Canguçu/RS**. 2013 (Dissertação de Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rio Grande. Rio Grande, 2013.

Pires, C. L. Z.; Bitencourt, L. M. **Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS**. Alegre, RS: Letra1, 2021. 2v.

RICHTER, D. A linguagem Cartográfica no Ensino em Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v.7, n,13, p. 277-300, jan/jun.,2017.

RODRIGUES, B. de O.; REZENDE, T. F.; NUNES T. de G. Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 1, 2019, p. 198-221.

SANTOS, D. Cartografia Social: O estudo da Cartografia Social como perspectiva contemporânea da Geografia. **InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 2, n. 6, p. 273-293 maio/ago. 2016.

SERPA, A. **Por uma Geografia dos espaços vividos: Geografia e fenomenologia**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2023.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se. Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, setembro de 2008.

SAQUET; SPOSITO. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. In: SOUZA, M. L. **“TERRITÓRIO” DA DIVERGÊNCIA (E DA CONFUSÃO): EM TORNO DAS IMPRECISAS FRONTEIRAS DE UM CONCEITO FUNDAMENTAL**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

TUAN, Yi - Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. (Tradução de Lívia de OLIVEIRA) Londrina: Eduel, 2013. 248p.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A ABORDAGEM CULTURAL NA GEOGRAFIA. Revista **Temporis[ação]** v. 9, n. 1, p. 224–235, 2017. On line. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/5995/4103>. Acesso em: 05 jan. 2025.

## **Anexo 1**



Ao centro da imagem, trajando vestido estampado amarelo, Dona Nair.



Maria Lígia sendo benzida para dor de cabeça com brasas e tesoura.



Imagem 1: Edegar, tio de Tatiana.

Imagem 2: Tatiana, Marleida (tia).

Imagem 3: Tatiana ao centro, à direita da foto, sua vó Nair. À esquerda da foto sua madrinha Ema, e sua mãe Maria Lígia.



Adir e Edegar Pai e Tio de Tatiana



Registro do encontro realizado no dia 25 de agosto de 2025 com alguns membros da Comunidade Quilombola Brasa Moura.

## APÊNDICES

### **Roteiro Norteador da roda de conversa**

1) Dados gerais:

a) Nome completo: \_\_\_\_\_

2) Como você descreveria as mudanças do espaço físico da comunidade, quais foram as mudanças mais significativas observadas?

3) Existe algum espaço na comunidade que você considera significativo e por quê?

4) Se fossemos mapear os espaços simbólicos da comunidade em um mapa. Quais informações consideraria importantes e por quê?

5) Que tipo de imagem poderia ser desenhada para ser inserida no mapa que pudesse representar as vivências na comunidade Brasa Moura?

OBS: Em relação às questões 4 e 5, (possibilidades: solicitar que o entrevistado faça um desenho indicando a localidade ou desenhe uma imagem que traga lembranças do local onde residia e que foi importante para a sua vivência; poderá, paralelamente, apresentar uma fotografia para resgatar as memórias afetivas daquele lugar)

6) Na sua opinião existe alguma dificuldade enfrentada para que os espaços significativos sejam preservados? Se sim, quais?

7) Ao ter as memórias dos sujeitos da comunidade destacadas no mapa você pensa que isso pode impactar positivamente a relação da comunidade com membros externos?

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Orientadora Responsável:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Spironello

**Autora:** Rebeca Jeronimo Nunes da Silva

**Instituição:** Universidade Federal de Pelotas / Instituto de Ciências Humanas

**Departamento:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGE0

Eu Rebeca Jeronimo Nunes da Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, com pesquisa intitulada de Contribuição da Cartografia Social na caracterização e visibilização dos espaços simbólicos e suas memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS, venho por meio deste, solicitar autorização das famílias que compõe a Comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, para a utilização de imagens, relatos e gravações em áudio para esta pesquisa.

Ressaltamos que a participação no presente estudo não implica em qualquer forma de risco que possa prejudicar os participantes. Os autores comprometem-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa, seus propósitos, procedimentos e garantias de confidencialidade e ter esclarecido minhas dúvidas, eu

---

concordo voluntariamente em participar deste estudo e autorizo a realização de entrevista/questionário sobre a temática proposta, podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Assinatura e RG do entrevistado (a):

Ligiane Lopes da Silva  
 Declaramos, abaixo assinado, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação no estudo.

Assinatura e RG da orientadora responsável:

Rosângela Spironello - 3678997

Assinatura e RG do autor do estudo:

Rebeca J. Nunes da Silva

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Orientadora Responsável:** Prof.ª Dr.ª Rosangela Spironello

**Autora:** Rebeca Jeronimo Nunes da Silva

**Instituição:** Universidade Federal de Pelotas / Instituto de Ciências Humanas

**Departamento:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO

Eu Rebeca Jeronimo Nunes da Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, com pesquisa intitulada de Contribuição da Cartografia Social na caracterização e visibilização dos espaços simbólicos e suas memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS, venho por meio deste, solicitar autorização das famílias que compõe a Comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, para a utilização de imagens, relatos e gravações em áudio para esta pesquisa.

Ressaltamos que a participação no presente estudo não implica em qualquer forma de risco que possa prejudicar os participantes. Os autores comprometem-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa, seus propósitos, procedimentos e garantias de confidencialidade e ter esclarecido minhas dúvidas, eu

---

concordo voluntariamente em participar deste estudo e autorizo a realização de entrevista/questionário sobre a temática proposta, podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Assinatura e RG do entrevistado (a):

Jadiana S. Lopes da Silva.

Declaramos, abaixo assinado, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação no estudo.

Assinatura e RG da orientadora responsável:

Rosangela Spironello - 3678997

Assinatura e RG do autor do estudo:

Rebeca Jeronimo Nunes da Silva

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Orientadora Responsável:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Spionello**Autora:** Rebeca Jeronimo Nunes da Silva**Instituição:** Universidade Federal de Pelotas / Instituto de Ciências Humanas**Departamento:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGE0

Eu Rebeca Jeronimo Nunes da Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, com pesquisa intitulada de Contribuição da Cartografia Social na caracterização e visibilização dos espaços simbólicos e suas memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS, venho por meio deste, solicitar autorização das famílias que compõe a Comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, para a utilização de imagens, relatos e gravações em áudio para esta pesquisa.

Ressaltamos que a participação no presente estudo não implica em qualquer forma de risco que possa prejudicar os participantes. Os autores comprometem-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa, seus propósitos, procedimentos e garantias de confidencialidade e ter esclarecido minhas dúvidas, eu

---

concordo voluntariamente em participar deste estudo e autorizo a realização de entrevista/questionário sobre a temática proposta, podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Assinatura e RG do entrevistado (a):

Jéssica Maria Lopes Garcia

Declaramos, abaixo assinado, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação no estudo.

Assinatura e RG da orientadora responsável:

Rosângela Spionello 3628957

Assinatura e RG do autor do estudo:

Rebeca J. Nunes da Silva

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Orientadora Responsável:** Prof.ª Dr.ª Rosângela Spironello

**Autora:** Rebeca Jeronimo Nunes da Silva

**Instituição:** Universidade Federal de Pelotas / Instituto de Ciências Humanas

**Departamento:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGE0

Eu Rebeca Jeronimo Nunes da Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, com pesquisa intitulada de Contribuição da Cartografia Social na caracterização e visibilização dos espaços simbólicos e suas memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS, venho por meio deste, solicitar autorização das famílias que compõe a Comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, para a utilização de imagens, relatos e gravações em áudio para esta pesquisa.

Ressaltamos que a participação no presente estudo não implica em qualquer forma de risco que possa prejudicar os participantes. Os autores comprometem-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa, seus propósitos, procedimentos e garantias de confidencialidade e ter esclarecido minhas dúvidas, eu

Ido Marc Lopes Garcia

concordo voluntariamente em participar deste estudo e autorizo a realização de entrevista/questionário sobre a temática proposta, podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Assinatura e RG do entrevistado (a):

0B-112.230.415 Ido Marc Lopes Garcia

Declaramos, abaixo assinado, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação no estudo.

Assinatura e RG da orientadora responsável:

Rosângela Spironello 3678997

Assinatura e RG do autor do estudo:

Rebeca J. Nunes da Silva

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Orientadora Responsável:** Prof.ª Dr.ª Rosângela Spironello  
**Autora:** Rebeca Jeronimo Nunes da Silva  
**Instituição:** Universidade Federal de Pelotas / Instituto de Ciências Humanas  
**Departamento:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGE0

Eu Rebeca Jeronimo Nunes da Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, com pesquisa intitulada de Contribuição da Cartografia Social na caracterização e visibilização dos espaços simbólicos e suas memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS, venho por meio deste, solicitar autorização das famílias que compõe a Comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, para a utilização de imagens, relatos e gravações em áudio para esta pesquisa.

Ressaltamos que a participação no presente estudo não implica em qualquer forma de risco que possa prejudicar os participantes. Os autores comprometem-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa, seus propósitos, procedimentos e garantias de confidencialidade e ter esclarecido minhas dúvidas, eu

---

concordo voluntariamente em participar deste estudo e autorizo a realização de entrevista/questionário sobre a temática proposta, podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Assinatura e RG do entrevistado (a):

Eva Lopes Teixeira de Avelar 000 944.180.80

Declaramos, abaixo assinado, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação no estudo.

Assinatura e RG da orientadora responsável:

Rosângela Spironello 3678997

Assinatura e RG do autor do estudo:

Rebeca J. Nunes da Silva

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Orientadora Responsável:** Prof.ª Dr.ª Rosângela Spironello

**Autora:** Rebeca Jeronimo Nunes da Silva

**Instituição:** Universidade Federal de Pelotas / Instituto de Ciências Humanas

**Departamento:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo

Eu Rebeca Jeronimo Nunes da Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, com pesquisa intitulada de Contribuição da Cartografia Social na caracterização e visibilização dos espaços simbólicos e suas memórias socioespaciais na comunidade Quilombola Brasa Moura, Piratini/RS, venho por meio deste, solicitar autorização das famílias que compõe a Comunidade de remanescentes de quilombolas Brasa Moura, para a utilização de imagens, relatos e gravações em áudio para esta pesquisa.

Ressaltamos que a participação no presente estudo não implica em qualquer forma de risco que possa prejudicar os participantes. Os autores comprometem-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa, seus propósitos, procedimentos e garantias de confidencialidade e ter esclarecido minhas dúvidas, eu

---

concordo voluntariamente em participar deste estudo e autorizo a realização de entrevista/questionário sobre a temática proposta, podendo retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Assinatura e RG do entrevistado (a):

Edegar M. Leite Lopes

Declaramos, abaixo assinado, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação no estudo.

Assinatura e RG da orientadora responsável:

Rosângela Spironello 3678997

Assinatura e RG do autor do estudo:

Rebeca J. Nunes da Silva